

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026**  
**Processo Administrativo nº 7978/2026**

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PREÂMBULO**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, NA FORMA ELETRÔNICA, COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO GLOBAL, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DEMAIS LEGISLAÇÃO, SOB AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE ATO CONVOCATÓRIO E ANEXOS.

Os trabalhos serão conduzidos por Agente de Contratação designado, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

ÓRGÃO INTERESSADO	SECRETARIA DE OBRAS E PLANEJAMENTO URBANO
DATA E HORA DE INÍCIO DE CADASTRO DAS PROPOSTAS:	18h do dia 07/05/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA FINAL DE CADASTRO DAS PROPOSTAS:	08h00 do dia 22/05/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA	08h30 do dia 22/05/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
ENDEREÇO ELETRÔNICO	<a href="http://WWW.PORTALDECOMPRASPUBLICAS.COM.BR">WWW.PORTALDECOMPRASPUBLICAS.COM.BR</a>
MODO DE DISPUTA	ABERTO e FECHADO
VALOR ESTIMADO	R\$ 316.711,58
Os documentos enviados que forem apresentados com assinatura eletrônica, por certificado digital, deverão estarem acompanhados dos arquivos digitais para validação, por parte da Comissão, no site de referência do ITI: <a href="https://verificador.iti.gov.br/">https://verificador.iti.gov.br/</a> que é o órgão responsável pela ICP-Brasil.	

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa de engenharia para a execução da obra de ampliação da Escola Municipal Romualda de Barros, por meio da construção de 02 (duas) salas de aula junto à edificação, em atendimento ao Convênio nº 348/2025, firmado entre o Município de Jataí e o Estado de Goiás/SEDUC, incluindo-se todos os materiais, equipamentos e mão de obra especializada para efetivação do escopo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

- 1.2. A licitação será dividida em ÚNICO ITEM, conforme tabela constante do Projeto Básico.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.4. O regime de execução será empreitado por preço unitário.
- 1.5. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato.
  - 1.5.1. Conforme disposto no art. 111 da Lei nº 14.133/21 por se tratar de contratação por escopo o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato.
- 1.6. Os serviços deverão ser iniciados em até 15 dias corridos após o recebimento da ordem de serviço (O.S) emitida pela contratante.
- 1.7. O prazo de execução da obra será de 90 dias, a contar do início da execução dos serviços.
- 1.8. A presente licitação será processada com inversão de fases (habilitação prévia), nos termos do art. 17 da Lei nº 14.133/2021.

## **2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária arcada com recursos municipais/emenda, e em dotação própria do município, prevista para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Unidade: Secretaria de Educação

Fonte: 201/237

Ficha: 0189

Dotação Orçamentária: 12.361.1239.1.361.4.4.90.51.00

Emenda Parlamentar Individual Estadual de R\$ 90.000,00

## **3. DO CREDENCIAMENTO**

- 3.1. O credenciamento constitui o nível básico do Registro Cadastral no Portal de Compras Públicas e é condição indispensável para a participação dos interessados na modalidade Concorrência, em sua forma eletrônica.
- 3.2. Os interessados em participar desta Concorrência deverão realizar, previamente, seu credenciamento junto ao sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).
- 3.3. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas diretamente junto ao provedor do sistema, sendo de sua responsabilidade informar-se acerca do funcionamento, regulamento e instruções necessárias à correta utilização da plataforma.
  - 3.3.1. Informações adicionais sobre o credenciamento poderão ser obtidas no sítio eletrônico do Portal de Compras Públicas, bem como por meio da central de atendimento disponibilizada pelo provedor do sistema ou pelo endereço eletrônico [falecom@portaldecompraspublicas.com.br](mailto:falecom@portaldecompraspublicas.com.br).
  - 3.3.2. A utilização da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, respondendo integralmente pelas transações realizadas em seu nome, diretamente ou por intermédio de seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de

Jataí qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido das credenciais, ainda que por terceiros.

3.4. O credenciamento no Portal de Compras Públicas implica a responsabilização do licitante ou de seu representante legal pelas informações e atos praticados no sistema, bem como a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes a esta Concorrência.

3.5. A perda da senha ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para fins de bloqueio do acesso.

3.6. A Concorrência será conduzida pelo Município de Jataí, por intermédio de Agente de Contratação formalmente designado, com apoio técnico e operacional do Portal de Compras Públicas, na qualidade de provedor do sistema eletrônico.

3.7. O licitante assume como firmes e verdadeiras todas as propostas e lances registrados em seu nome no sistema, respondendo exclusiva e formalmente pelos atos praticados, diretamente ou por meio de representante, ficando afastada qualquer responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por danos decorrentes do uso indevido das credenciais de acesso.

3.8. É de inteira responsabilidade do licitante manter atualizadas e corretas as informações cadastrais registradas no Portal de Compras Públicas, devendo proceder, de imediato, às correções necessárias sempre que identificar inconsistências ou desatualizações.

3.8.1. A inobservância do disposto no item anterior poderá ensejar a desclassificação do licitante na fase de habilitação.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

4.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estejam regularmente credenciados no Portal de Compras Públicas.

4.2. A participação na licitação implica a aceitação plena, irrevogável e incondicional de todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

4.3. Nos termos do art. 4º, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021, não será aplicado o tratamento diferenciado previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nas licitações destinadas à contratação de obras e serviços de engenharia cujo valor estimado seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, desde que devidamente justificado no processo administrativo, nos termos do art. 4º, §1º da Lei 14.133/2021.

4.3.1. Nas hipóteses em que couber, será concedido tratamento favorecido às microempresas, às empresas de pequeno porte, às sociedades cooperativas de que trata o art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, ao agricultor familiar, ao produtor rural pessoa física e ao microempreendedor individual – MEI, observados os limites e condições previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, no Decreto nº 8.538, de 2015, e no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3.2. A fruição do tratamento favorecido de que trata o item anterior fica condicionada ao fato de que, no ano-calendário de realização da licitação, a microempresa ou a empresa de pequeno porte não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores, somados, extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento.

4.4. Não poderão participar desta licitação, direta ou indiretamente, nem celebrar contrato dela decorrente, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Edital:

- I – aquele que não atenda às condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos;
- II – o autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a eles relacionados;
- III – empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, bem como aquela da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- IV – pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impedida de licitar ou contratar em razão de sanção que lhe tenha sido aplicada;
- V – **aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação, na fiscalização ou na gestão do contrato, bem como cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;**
- VI – empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- VII – pessoa física ou jurídica que, nos cinco anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes em situação vedada pela legislação trabalhista;
- VIII – agente público do órgão ou entidade licitante;
- IX – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;
- X – agente público do órgão ou entidade contratante, direta ou indiretamente envolvido na licitação ou na execução contratual, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses, nos termos do §1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4.1. O impedimento previsto no inciso IV aplica-se também ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica.
- 4.4.2. A critério da Administração, e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos II e III poderão participar no apoio às atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.4.3. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.4.4. O disposto nos incisos II e III não impede a licitação ou a contratação de serviços que incluam, como encargo do contratado, a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, ou apenas do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.4.5. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos ou programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que tenha sido declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.6. A vedação prevista no inciso VIII estende-se a terceiros que auxiliem a condução da contratação na qualidade de integrantes de equipe de apoio, profissionais especializados ou representantes de empresa que preste assessoria técnica.

4.5. Como condição para participação na Concorrência Eletrônica, o licitante deverá manifestar-se, em campo próprio do sistema eletrônico, mediante assinalação de “sim” ou “não”, quanto às declarações exigidas pelo sistema.

4.5.1. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§1º a 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.2. Nos itens de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento do licitante no certame, para o respectivo item.

4.5.3. Nos itens em que a participação não for exclusiva, a assinalação do campo “não” implicará apenas a renúncia ao tratamento favorecido, ainda que o licitante se enquadre como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5.4. Declara estar ciente e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, bem como que a proposta apresentada contempla a integralidade dos custos necessários ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e legais, e que atende plenamente aos requisitos de habilitação exigidos.

4.5.5. Declara não empregar menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

4.5.6. Declara não possuir empregados submetidos a trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.5.7. Declara cumprir as exigências legais de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

4.5.8. O licitante organizado sob a forma de cooperativa deverá declarar, ainda, que atende aos requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.9. A prestação de declaração falsa sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação vigente e neste Edital.

4.6. As declarações exigidas neste Edital e não disponibilizadas diretamente pelo sistema eletrônico deverão ser elaboradas pelo licitante e encaminhadas juntamente com a proposta de preços ou com os documentos de habilitação, conforme previsão expressa neste instrumento convocatório.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E, POSTERIORMENTE, DAS PROPOSTAS**

5.1. Na presente licitação será adotada a inversão de fases, de modo que a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação das propostas, envio de lances e julgamento, nos termos da Lei nº 14.133/2021. Devendo ser assegurado o sigilo das propostas até sua abertura, nos termos do art. 59, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), os licitantes interessados deverão encaminhar,

exclusivamente por meio do sistema eletrônico, os documentos de habilitação exigidos neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para o encerramento da respectiva fase.

5.3. No ato do envio da documentação de habilitação, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, o atendimento às condições exigidas, bem como apresentar as declarações previstas no Anexo III deste Edital, quando aplicável.

5.4. Encerrado o prazo para envio dos documentos de habilitação, a fase de habilitação será automaticamente finalizada, procedendo-se à análise dos documentos apresentados, nos termos deste Edital.

5.5. Somente os licitantes declarados habilitados estarão aptos a apresentar proposta de preços e a participar da fase de envio de lances, conforme as regras estabelecidas neste Edital.

5.6. O envio dos documentos de habilitação ocorrerá por meio de chave de acesso e senha privativas do licitante, sendo de sua exclusiva responsabilidade a guarda e o uso dessas credenciais.

5.7. As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que contenha alguma restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema até a abertura da sessão pública correspondente à fase de habilitação.

5.9. Não haverá ordem de classificação na fase de habilitação, a qual será apurada apenas após a análise dos documentos e a declaração formal dos licitantes habilitados.

5.10. Concluída a fase de habilitação, os licitantes habilitados serão convocados para apresentar suas propostas de preços, ocasião em que poderão, desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, parametrizar o valor final mínimo ou o percentual máximo de desconto, observadas as seguintes regras:

a) aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, incidente tanto sobre os lances intermediários quanto sobre o lance que cobrir a melhor oferta;

b) envio automático dos lances pelo sistema eletrônico, respeitado o valor final mínimo ou o percentual máximo de desconto parametrizado, bem como o intervalo mínimo estabelecido.

c) O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

d) o registro de valor superior a lance anteriormente apresentado pelo próprio licitante, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

e) o registro de percentual de desconto inferior a lance anteriormente apresentado pelo próprio licitante, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado terá caráter sigiloso em relação aos demais licitantes e ao órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado de forma permanente e restrita apenas aos órgãos de controle interno e externo.

5.12. Compete ao licitante acompanhar todas as operações realizadas no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelos ônus decorrentes da perda de negócios em razão da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de eventual desconexão.

5.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer ocorrência que possa comprometer o sigilo ou a segurança das informações, para fins de bloqueio imediato do acesso.

## **6. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

6.1. Os documentos previstos no Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizações pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

6.5. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Projeto Básico exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio, em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

6.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

6.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, respondendo o declarante pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

6.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.10. Considerando que, na presente contratação, a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deverá atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

6.11. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado na Secretária de Educação, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

6.12. Para a vistoria, o REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA OU RESPONSÁVEL TÉCNICO deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade

civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.13. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu RESPONSÁVEL TÉCNICO acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

6.14. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.15. A declaração de vistoria deverá constar nos documentos de habilitação da empresa licitante.

6.16. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

6.17. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

6.18. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.19. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

6.20. Observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, considerando que este certame adota inversão de fases, com habilitação prévia, os licitantes deverão encaminhar os documentos de habilitação na fase própria, anteriormente à abertura das propostas e à etapa de lances. Somente os licitantes declarados habilitados estarão aptos a cadastrar proposta e participar da etapa de lances. Caso, por configuração do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, o sistema exija a inserção concomitante de proposta no momento do envio da habilitação, a proposta deverá ser cadastrada simultaneamente, permanecendo sigilosa e inacessível até a abertura da fase de propostas e lances.

6.21. A verificação dos documentos de habilitação será realizada na fase própria, anteriormente à abertura das propostas, em relação a todos os licitantes participantes, observado o disposto neste Edital. Sem prejuízo da análise prévia, a verificação poderá ser reiterada, para fins de confirmação final, em relação ao licitante vencedor.

6.22. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data fixada para a apresentação dos documentos no certame.

6.23. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.24. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação prosseguirá com a verificação da documentação dos demais licitantes, até que se apure aqueles que atendam ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 9.10.1.

6.25. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação após concluídos os procedimentos de habilitação previstos neste capítulo, observado o trâmite definido no sistema eletrônico e o disposto neste Edital.

6.26. Quando a fase de habilitação e julgamento tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

6.27. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e à habilitação técnica.

6.28. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS para que estejam vigentes na data fixada para a abertura da sessão pública e para a fase própria de habilitação, ou, quando necessário, encaminhar a respectiva documentação atualizada no momento definido para a habilitação, conforme este Edital.

6.29. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

6.30. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.31. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.32. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **7. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

7.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

7.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio eletrônico [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

7.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

7.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de participante sucursal, filial ou agência.

7.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação de seus administradores.

7.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivados na Junta Comercial ou inscritos no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

7.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

7.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações pertinentes ou da respectiva consolidação.

#### 7.9. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

7.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, conforme o caso.

7.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014.

7.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

7.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.14. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, por meio de certidão negativa conjunta relativa aos tributos estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada.

7.15. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, por meio de certidão negativa relativa aos tributos municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada.

7.16. Caso o licitante que, ao final das fases de propostas e lances, vier a ser o mais bem classificado (menor preço/maior desconto, conforme o critério) seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, ainda que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação, observado o tratamento previsto no item próprio deste Edital para ME/EPP.

### **8. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

8.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.

8.2. Relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas as parcelas já executadas de contratos firmados.

8.3. Apresentação de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, conforme exigências abaixo:

8.3.1. Apresentação de Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

8.3.1.1. Nos casos de empresas regidas pela Lei nº 6.404/1976 (sociedade anônima): deverão ser apresentadas as demonstrações contábeis publicadas em Diário Oficial; ou publicadas em jornal de grande circulação; ou, ainda, por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

8.3.1.2. Nos casos de empresas por cota de responsabilidade limitada (LTDA), Empresa Individual, Sociedade Limitada Unipessoal (SLU) e sociedades simples: deverão ser apresentadas as demonstrações contábeis extraídas do Livro Diário, juntamente com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento, com comprovação de registro (termo de autenticação) na Junta Comercial ou Cartório da sede ou domicílio do licitante, ou, ainda, o recibo emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

8.3.1.3. A exigência será limitada ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficam autorizadas a substituir as demonstrações contábeis referidas no subitem 8.3.1 pelo respectivo balanço de abertura.

8.5. Declaração de demonstração contábil, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento, pelo licitante, dos índices econômicos previstos, mediante as análises abaixo:

8.6. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com valores extraídos do balanço patrimonial:

$$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

$$SG = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

$$LC = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$$

8.7. As empresas participantes deverão comprovar possuir patrimônio líquido ou capital social mínimo de até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devidamente justificado no processo administrativo, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

## 9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1. Prova de inscrição da empresa e de seus responsáveis técnicos junto ao Conselho/Órgão competente.

9.2. Capacitação técnico-profissional: comprovante de que a empresa interessada possua, em seu quadro permanente, profissional(is) qualificado(s) para atuar(em) como responsável(is) técnico(s), em cujo(s) acervo(s), registrado(s) no conselho profissional competente, conste(m) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT ou documento similar, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com características compatíveis com o objeto desta licitação, especialmente quanto à execução dos serviços abaixo:

Item	Descrição do serviço	Profissional
01	Telhamento com telha metálica	Engenheiro Civil ou profissional de ensino superior devidamente habilitado pelo conselho profissional competente.

02	<b>Emboço/Reboco/Massa única</b>	Engenheiro Civil ou profissional de ensino superior devidamente habilitado pelo conselho profissional competente.
03	<b>Alvenaria</b>	Engenheiro Civil ou profissional de ensino superior devidamente habilitado pelo conselho profissional competente.

9.2.1. Entende-se como “pertencente ao quadro permanente” o profissional que possua vínculo com a licitante, devendo ser comprovado por uma das seguintes formas:

9.2.2. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (folha de rosto e páginas anotadas);

9.2.3. Cópia da Ficha de Registro de Empregado – FRE;

9.2.4. Cópia do instrumento contratual de prestação de serviços, quando o vínculo for contratual;

9.2.5. Termo de Compromisso de Contratação Futura, no qual deverá constar que, se a empresa for contratada, o profissional será o responsável técnico pela execução da obra/serviço. O termo deverá ser assinado conjuntamente pelo representante legal da empresa e pelo profissional indicado.

9.3. Capacitação técnico-operacional: comprovação de aptidão técnica, por meio de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, consistente(s) na apresentação de atestado(s) de capacidade técnico-operacional que comprove(m) capacidade operacional na execução de obra/serviço de engenharia similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, compatível com o objeto desta licitação (podendo ser exigidos os documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei nº 14.133/21).

Item	Descrição	Unid.	Quant. mínima
01	<b>Telhamento com telha metálica</b> (subitem 9.5), representando 10,84% do orçamento.	m <sup>2</sup>	68,62
02	<b>Emboço/Reboco/Massa única</b> (subitem 6.2), representando 7,28% do orçamento.	m <sup>2</sup>	171,00
03	<b>Alvenaria</b> (subitem 5.1), representando 6,48% do orçamento.	m <sup>2</sup>	88,76

9.3.1. Os atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado deverão ser em papel timbrado, com a identificação e endereço da emitente, o nome completo do signatário, estando às informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade por parte do Município. Além disso, deverão ter as seguintes informações:

9.3.1.1. Descrição das características técnicas das obras ou serviços;

9.3.1.2. Atestar a execução parcial ou total do objeto do contrato;

9.3.1.3. Firmado por representante legal do contratante;

9.3.1.4. Indique sua data de emissão;

9.3.1.5. Mencione o documento de responsabilidade técnica expedido em razão das obras ou serviços executados (ART/RRT).

9.3.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante, local de execução do objeto contratado, dentre outros documentos.

9.3.3. Em caso de apresentação, por licitante, de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação da qualificação técnica:

9.3.3.1. Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas serão reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas serão reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

9.3.3.2. Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas serão reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual;

9.3.4. Na hipótese do previsto no item 9.3.3, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao documento cópia do instrumento de constituição do consórcio.

## 10. DA HABILITAÇÃO DAS MEs/EPPs

10.1. As empresas qualificadas como MEI/ME/EPP, na forma da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar todos os documentos de habilitação referentes à habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, econômico-financeira e técnica, sob pena de inabilitação.

10.1.1. As MEI, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da LC nº 123, de 2006.

10.1.2. A existência de restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como MEI, Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) seja declarada vencedora, desde que atenda às demais exigências do edital.

10.2. Caso seja constatada, **na fase de habilitação**, a existência de restrição quanto à regularidade fiscal e/ou trabalhista de licitante qualificada como MEI, microempresa ou empresa de pequeno porte, a mesma será convocada para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da **divulgação do resultado da fase de habilitação**, comprovar a regularização, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerido pelo licitante, mediante apresentação de justificativa. A não regularização no prazo estabelecido implicará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

## **11. ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE A HABILITAÇÃO**

11.1. Havendo necessidade de análise minuciosa dos documentos exigidos, o Agente de Contratação poderá suspender a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

11.2. As certidões que não apresentarem, em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 30 (trinta) dias antes da data da sessão pública desta Concorrência Eletrônica.

11.3. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, seja por apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.4. Nos itens não exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina estabelecida neste Edital para o prosseguimento do certame.

11.5. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, e observada a inversão de fases adotada neste certame, os licitantes declarados habilitados prosseguirão para a fase de apresentação e julgamento das propostas e para a etapa de lances, conforme previsto neste Edital.

## **12. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

12.1. Concluída a fase de habilitação, somente os licitantes declarados habilitados estarão aptos a ofertar lances referentes inerentes à proposta de preços registrada na plataforma de licitação eletrônica.

12.2. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa e registrada no sistema eletrônico (preâmbulo do edital), mediante o preenchimento dos campos próprios, contendo obrigatoriamente as informações a seguir:

12.3. Valor unitário e valor total de cada item da planilha orçamentária, bem como o preço global, em moeda corrente nacional, incluindo todos os custos necessários à execução do objeto;

12.4. Indicação da marca de cada item ofertado;

12.5. Nos casos de serviços, a marca poderá ser informada como “PRÓPRIA”, quando a própria licitante for a fabricante ou executora dos serviços correspondentes ao item cotado, de modo a evitar a identificação do nome ou da razão social da licitante nos campos marca ou modelo;

12.6. Indicação do modelo de cada item ofertado, conforme previsto no Projeto Básico;

12.7. Descrição detalhada do objeto, no que couber, contendo informações compatíveis com as especificações constantes do Projeto Básico.

12.8. Quando exigidos, deverão constar da proposta o prazo de validade ou de garantia, bem como o número de registro ou de inscrição do bem junto ao órgão competente.

## **13. DA RESPONSABILIDADE PELOS PREÇOS**

13.1. Os preços ofertados, tanto na proposta apresentada quanto na fase de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.2. As licitantes deverão observar os preços máximos estabelecidos na legislação e nas normas que regem as contratações públicas.

13.3. Todas as especificações do objeto constantes da proposta vinculam a futura Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as disposições deste Edital e de seus anexos, prevalecerão estas últimas.

13.4. Nos valores propostos deverão estar incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto.

#### **14. DOS TRIBUTOS**

14.1. Caso o regime tributário da empresa implique o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada corresponderá à média dos recolhimentos efetivamente realizados nos últimos 12 (doze) meses.

14.2. Independentemente do percentual de tributo indicado na planilha, no momento do pagamento dos serviços serão retidos na fonte os percentuais previstos na legislação vigente.

14.3. A licitante é a única responsável pela correta cotação dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário adotado, observar-se-á o seguinte:

14.3.1. Na hipótese de cotação de percentual inferior ao devido, o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

14.3.2. Na hipótese de cotação de percentual superior ao devido, o excesso será suprimido unilateralmente da planilha, com glosa nos pagamentos ou redução quando da repactuação, para fins de ressarcimento.

#### **15. DOS EFEITOS DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

15.1. A apresentação da proposta implica a obrigatoriedade de cumprimento integral das disposições nela contidas e do Projeto Básico, assumindo a licitante o compromisso de executar o objeto nos seus exatos termos, bem como de fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas, promovendo sua substituição quando exigido.

15.2. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação.

15.3. O descumprimento das regras aplicáveis às contratações públicas poderá ensejar a responsabilização dos agentes públicos e da empresa contratada, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, inclusive com a fixação de prazo para adoção de medidas corretivas e eventual condenação ao ressarcimento de prejuízos ao erário.

#### **16. DA PROPOSTA A SER ANEXADA NO SISTEMA**

16.1. A proposta de preços a ser anexada no sistema eletrônico, em formato PDF, deverá conter, no mínimo:

- a) Planilha de preços elaborada conforme a estrutura da planilha estimativa do órgão
- b) Composições de preços de todos os itens da planilha;
- c) Composição detalhada do BDI;
- d) Cronograma físico-financeiro;

16.2. Considerar-se-á a licitante plenamente especializada nos serviços objeto da contratação, devendo ter incluído no valor global da proposta todas as complementações e acessórios eventualmente omitidos nos projetos, mas implícitos e necessários ao perfeito funcionamento das instalações, obras, máquinas, equipamentos e sistemas.

16.3. Antes da apresentação da proposta, a licitante deverá analisar todos os documentos do Edital e realizar os levantamentos necessários à execução dos serviços, não podendo alegar omissões como fundamento para pleitos de acréscimo de preços.

## **17. DOS ERROS, AJUSTES E DILIGÊNCIAS**

17.1. Erros na proposta, planilha orçamentária, composições de preços, BDI, cronograma físico-financeiro ou encargos sociais não ensejarão, por si sós, a desclassificação da proposta, podendo ser sanados no prazo fixado pelo Agente de Contratação, desde que não resulte em majoração do preço proposto e sejam atendidas as demais condições de aceitabilidade.

17.2. A ausência de assinatura da proposta ou da planilha orçamentária pelo responsável técnico implicará a desclassificação da proposta.

17.3. Havendo divergência entre os valores constantes da proposta, o Agente de Contratação procederá aos ajustes necessários, observada a seguinte ordem de prevalência:

- a) custos unitários das composições em relação aos custos totais dos itens;
- b) custos totais dos itens em relação ao valor global da proposta;
- c) valor do BDI constante do orçamento sintético em relação à sua composição detalhada.

## **18. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

18.1. A proposta de preços deverá ser apresentada:

- a) redigida em português, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devidamente datada e assinada por representante legal da licitante e por seu responsável técnico;
- b) contendo referência ao órgão licitante, modalidade e número da licitação, bem como razão social, CNPJ, telefone, e-mail, endereço completo e dados bancários para emissão de nota de empenho e pagamento;
- c) acompanhada de planilha orçamentária assinada pelo responsável técnico, com unidades, quantidades, preços unitários e totais, além do valor global, conforme Anexo II, expressos em reais e limitados a duas casas decimais.

18.2. Os valores unitários não poderão ultrapassar as estimativas unitárias, consideradas como preços máximos admissíveis, nos termos da Súmula 259 do TCU.

18.3. O valor global máximo admissível será o constante do Projeto Básico, nos termos da Súmula 259 do TCU.

## **19. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

19.1. Concluída a fase de habilitação e declarados os licitantes habilitados, a licitação prosseguirá em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, destinada à abertura das propostas, formulação de lances e julgamento.

19.2. Até a abertura da sessão pública destinada à apresentação das propostas, os licitantes habilitados poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, observado o disposto neste Edital.

19.3. Será desclassificada a proposta que contenha qualquer elemento que permita a identificação do licitante.

19.4. A desclassificação será sempre devidamente fundamentada e registrada no sistema eletrônico, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

19.5. A não desclassificação inicial da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, a ser realizado na fase de aceitação.

19.6. O sistema eletrônico procederá automaticamente à ordenação das propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de envio de lances.

19.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes, assegurada a transparência dos atos praticados.

## **20. DA ETAPA COMPETITIVA E DOS LANCES**

20.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes habilitados deverão encaminhar seus lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor registrado.

20.2. Os lances deverão ser ofertados de acordo com o tipo de licitação indicado no preâmbulo deste Edital.

20.3. Os licitantes poderão apresentar lances sucessivos, observados o horário de abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

20.4. Cada licitante somente poderá ofertar lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele registrado no sistema.

20.5. Deverá ser respeitado o intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, aplicável tanto aos lances intermediários quanto ao lance destinado a cobrir a melhor oferta.

20.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance, no prazo de até quinze segundos após o respectivo registro no sistema, quando caracterizada a inconsistência ou inexecuibilidade do lance.

20.7. Constatado erro de digitação em lance ofertado, o Agente de Contratação poderá proceder à sua exclusão, a fim de preservar a competitividade do certame.

20.8. O intervalo mínimo entre lances apresentados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos, e o intervalo mínimo entre lances distintos não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de descarte automático pelo sistema.

20.9. O procedimento observará o modo de disputa adotado, conforme indicado no preâmbulo deste Edital.

## **21. DO MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO**

21.1. Quando adotado o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, seguidos de lance final e fechado.

21.2. A etapa aberta terá duração inicial de quinze minutos, ao final da qual o sistema emitirá aviso de fechamento iminente, iniciando-se período aleatório de até dez minutos, findo o qual será automaticamente encerrado o recebimento de lances.

21.3. Encerrada a etapa aberta, o sistema permitirá que o autor do menor preço ou maior desconto e aqueles cujas propostas se encontrem até 10% (dez por cento) acima da melhor oferta apresentem um lance final e fechado, no prazo de até cinco minutos, o qual permanecerá sigiloso até o encerramento do prazo.

21.4. O licitante poderá optar por manter seu último lance da etapa aberta ou apresentar novo lance final.

21.5. Não havendo, no mínimo, três propostas nas condições previstas, os autores das melhores ofertas subsequentes, até o limite de três, poderão apresentar lance final e fechado, observado o prazo estabelecido.

21.6. Encerrados os prazos, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de valores ou decrescente de descontos, conforme o critério de julgamento.

## **22. DAS DEMAIS REGRAS DA DISPUTA**

22.1. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que tiver sido registrado primeiro pelo sistema.

22.2. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, sendo vedada a identificação do autor.

22.3. Na hipótese de desconexão do Agente de Contratação durante a etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível para recebimento de lances.

22.4. Persistindo a desconexão por período superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

22.5. O licitante que não apresentar lances concorrerá com o valor de sua proposta inicialmente cadastrada.

## **23. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPP**

23.1. Encerrada a etapa de lances, nos itens não exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte, o sistema realizará verificação automática do porte empresarial junto à Receita Federal, para aplicação do disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

23.2. As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas.

23.3. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar nova oferta, obrigatoriamente inferior à primeira colocada, no prazo de cinco minutos, contado da comunicação automática do sistema.

23.4. Na hipótese de inércia ou desistência, serão convocadas as demais microempresas ou empresas de pequeno porte, na ordem de classificação, para exercício do mesmo direito.

23.5. Persistindo a equivalência de valores, será realizado sorteio eletrônico, devidamente registrado e disponibilizado no Portal de Compras Públicas.

## **24. DO DESEMPATE**

24.1. Somente haverá empate entre propostas iguais não seguidas de lances ou entre lances finais da fase fechada.

24.2. O desempate observará, sucessivamente, os critérios previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

24.3. Persistindo o empate, aplicar-se-ão as preferências legais e, em último caso, será realizado sorteio eletrônico, com registro em ata e no chat do sistema.

## **25. DA NEGOCIAÇÃO, ACEITAÇÃO E JULGAMENTO**

25.1. Encerrada a etapa de lances, caso a proposta mais bem classificada permaneça acima do preço máximo ou abaixo do desconto mínimo aceitável, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, por meio do sistema.

25.2. Frustrada a negociação com o primeiro colocado, poderá ser convocado o licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

25.3. O resultado da negociação será registrado no sistema e juntado aos autos.

25.4. Concluída a negociação, o Agente de Contratação dará início à fase de aceitação e julgamento da proposta.

25.5. O licitante mais bem classificado será convocado para, no prazo de quatro horas, encaminhar a proposta ajustada ao último lance, acompanhada, se necessário, de documentos complementares para confirmação das informações já apresentadas.

25.6. A proposta deverá conter declaração informando o endereço eletrônico oficial da empresa para fins de comunicações administrativas e sancionatórias.

25.7. A ausência dessa declaração não terá caráter desclassificatório, podendo ser suprida por diligência, inclusive em sessão, com registro em ata.

25.8. O prazo para envio da proposta ajustada poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação, mediante solicitação fundamentada apresentada pelo licitante no chat, antes do término do prazo originalmente fixado.

## **26. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA E DO JULGAMENTO**

26.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação e normatização correlata e condições previstas no item 4.3. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

26.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

26.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;

26.1.3. Para consulta de pessoa jurídica, poderá haver substituição das consultas dos subitens 26.1.1 e 26.1.2 pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU;

26.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA – CNJ).

26.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

26.3. Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

26.4. A tentativa de burla será verificada por meio de vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (IN nº 3/2018, art. 29, §1º)

26.5. O licitante será convocado para manifestação previamente a eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, §2º)

26.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por ausência de condição de participação.

26.7. Considerando a inversão de fases adotada neste certame, a fase de habilitação já terá ocorrido previamente à abertura das propostas e ao envio de lances; sem prejuízo disso, poderá haver confirmação final de informações e condições de participação do licitante mais bem classificado, nos termos deste Edital e da legislação aplicável.

26.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os termos deste Edital.

26.9. Verificadas as condições de participação e, quando aplicável, a utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

26.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, para assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

- a) os instrumentos coletivos estarão informados expressamente no Projeto Básico;
- b) o(s) sindicato(s) indicado(s) não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes; contudo, durante a execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos instrumentos adotados por cada licitante/contratado.

26.11. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) contiver vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas do Projeto Básico;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido;
- d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;
- e) apresentar desconformidade insanável com exigências do Edital ou anexos.

26.12. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobre preço considerará:

- a) nos regimes por tarefa, empreitada por preço global, integral, semi-integrada ou integrada, o sobre preço se caracteriza pela superação do valor global estimado;
- b) na empreitada por preço unitário, o sobre preço se caracteriza pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário relevante, conforme planilha anexa
- c) propostas inferiores a 75% do valor orçado serão inexequíveis, independentemente do regime;
- d) será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% do valor orçado, equivalente à diferença entre este e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias legais.

26.13. Havendo indícios de inexequibilidade ou necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser realizadas diligências para comprovação da exequibilidade.

26.14. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 – TCU – Plenário) ou preço manifestamente inexequível.

26.15. Considera-se inexequível a proposta com preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou zero, incompatíveis com preços de insumos e salários de mercado, acrescidos dos encargos, ainda que o edital não fixe mínimos, exceto quando referentes a materiais/instalações de propriedade do licitante, com renúncia total/parcial de remuneração.

26.16. Se o custo global estimado tiver sido decomposto em custos unitários por planilha da Administração, o licitante mais bem classificado será convocado a apresentar planilha

elaborada por ele, com valores adequados ao valor final da proposta, sob pena de não aceitação.

26.17. Em serviços de engenharia, o vencedor apresentará, por meio eletrônico, planilhas com quantitativos e custos unitários, modelo da Administração, detalhamento do BDI e Encargos Sociais, adequados ao valor final da proposta, admitindo-se o uso de preços unitários (quando cabível) para adequações indispensáveis no cronograma e para balizar eventual aditamento.

26.17.1. Em serviços com dedicação exclusiva e produtividade mensurável indicada pela Administração, o licitante indicará produtividade e quantitativo de pessoal.

26.17.2. Se a produtividade diferir da referência da Administração (ou estiver fora da faixa referencial, quando admitido), deverá apresentar comprovação de exequibilidade.

26.17.3. Poderão ser apresentadas produtividades diferenciadas, desde que não alterem o objeto, não contrariem a legislação e comprovem exequibilidade quando fora das faixas referenciais.

26.17.4. Admite-se adequação técnica da metodologia, visando assegurar execução do objeto, desde que preservadas as condições de justa remuneração.

26.18. Erros no preenchimento da planilha não desclassificam a proposta; a planilha poderá ser ajustada no prazo indicado pelo sistema, sem majoração do preço, desde que comprovado que o valor é suficiente para todos os custos.

26.18.1. O ajuste limita-se a sanar erros/falhas que não alterem a substância da proposta.

26.18.2. Considera-se erro sanável a indicação de recolhimento na forma do Simples Nacional quando indevida.

26.19. Para análise de conformidade técnica, será colhida manifestação escrita do setor requisitante ou área especializada.

26.20. Se o Projeto Básico exigir amostra, o licitante mais bem classificado deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação.

26.21. O local e horário de avaliação serão divulgados por mensagem no sistema, sendo facultada a presença dos interessados e demais licitantes.

26.22. Os resultados serão divulgados por mensagem no sistema.

26.23. A ausência/atraso sem justificativa aceita ou amostra fora das especificações implicará recusa da proposta.

26.24. Se a amostra do primeiro classificado não for aceita, analisar-se-á a do segundo, e assim sucessivamente.

26.25. A decisão e as especificidades sobre amostra constam do Projeto Básico.

26.26. Se houver necessidade de suspender a sessão para diligências e saneamento das propostas, a sessão somente será reiniciada mediante aviso prévio no sistema, com antecedência mínima de 24 horas, registrando-se o fato em ata.

26.27. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para envio de documento digital complementar, por funcionalidade do sistema, no prazo de 2 (duas) horas.

26.28. O prazo poderá ser prorrogado, mediante solicitação escrita e justificada do licitante, apresentada antes do término, e aceita formalmente pelo Agente de Contratação.

26.29. Entre os documentos complementares, destacam-se aqueles com características do material ofertado (marca, modelo, tipo, fabricante, procedência), além de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados eletronicamente (ou por outro meio/prazo indicado), sem prejuízo do envio posterior pelo sistema, sob pena de não aceitação.

26.30. Nos itens não exclusivos para ME/EPP, sempre que a proposta não for aceita e antes de se passar à subsequente, haverá nova verificação automática de empate ficto (arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006), seguindo-se a disciplina do Edital.

26.31. Encerrada a análise de conformidade da proposta e a negociação, o Agente de Contratação.

## 27. DOS RECURSOS

27.1. A interposição de recurso observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

27.2. Qualquer licitante poderá manifestar, de forma imediata e motivada, sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão.

27.3. O prazo para apresentação das razões recursais será de 3 (três) dias úteis, contados da intimação ou lavratura da ata.

27.4. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da divulgação do recurso.

27.5. O recurso será dirigido à autoridade competente, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ou encaminhá-lo à autoridade superior.

27.6. Na hipótese de inversão de fases, o prazo recursal será contado a partir da ata de julgamento.

27.7. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

27.8 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da Prefeitura Municipal, Rua Itarumã, nº 355, Santa Maria, Jataí/GO - Gerência de Licitações e as peças da fase externa da licitação no sítio eletrônico [www.jatai.go.gov.br](http://www.jatai.go.gov.br).

## 28. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

28.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

28.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

28.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

28.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

28.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

28.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## 29. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

29.1. O licitante será declarado vencedor por ato do Agente de Contratação.

29.2. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação.

## 30. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

30.1. A Licitante Vencedora deverá apresentar Garantia Contratual, devendo optar por uma das modalidades apresentadas no item 30.1.1 ou 30.1.2.

30.1.1. A Adjudicatária deverá apresentar, no prazo de mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação no **Portal de Compras Públicas**, independentemente de convocação pela Administração Municipal, e anterior à assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, correspondente ao percentual de 5% do valor homologado se optar pela seguinte modalidade, mediante condições abaixo descritas:

30.1.1.1. **SEGURO-GARANTIA**, com prazo de vigência de 15 meses, contados da emissão da apólice.

30.1.1.1.1. Apresentar a apólice à Secretaria de Obras e Planejamento Urbano, para a análise e emissão de parecer quanto à sua aceitação.

30.1.1.1.2. Apresentar obrigatoriamente seguro-garantia para os riscos elencados nos subitens 30.2.1 a 30.2.4, na modalidade “Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço”.

30.1.1.1.3. O aceite do seguro garantia será condicionado à apresentação da apólice.

30.1.1.1.4. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se a CONTRATADA não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

30.1.1.1.5. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

30.1.1.1.6. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem abaixo.

30.1.1.1.7. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de

endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

30.1.2. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, correspondente ao percentual de 5% do valor do contrato, podendo optar pelas seguintes modalidades:

30.1.2.1. **CAUÇÃO EM DINHEIRO**, nos termos do Decreto-Lei 1.737/79, com depósito na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do Município de Jataí/GO e com a via do beneficiário entregue pela Adjudicatária à unidade de Contratos

30.1.2.2. **TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA**, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

30.1.2.3. **FIANÇA BANCÁRIA**, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

30.1.2.3.1. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

30.1.2.4. **TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO**, custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

30.2. A garantia deverá assegurar, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

30.2.1. Prejuízo advindo do não cumprimento do contrato e do não adimplemento das demais obrigações previstas;

30.2.2. Prejuízos causados à Administração Municipal de Jataí/GO, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

30.2.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à futura contratada;

30.2.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

30.3. Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nos subitens 30.2.1 a 30.2.4 do item imediatamente anterior.

30.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

30.5. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

30.6. A não apresentação da garantia no prazo previsto no item 30.1.1 ou 30.1.2, acarretará a imediata perda do direito de contratar, sem prejuízo das sanções previstas em edital,

minuta de contrato e demais anexos, salvo em face de motivo de força maior, devidamente justificado, comprovado e aceito pela Administração.

30.7. Quando a Adjudicatária convocada não apresentar a garantia contratual no prazo e nas condições estabelecidas, poderá ser convocado outro licitante, nas condições previstas no § 2º do Art. 90 da Lei Nº 14.133/21.

30.7.1. Poderá ser convocado outro licitante para fazê-lo, nas condições propostas pelo licitante vencedor, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação, conforme estabelece o § 2º do art. 90 da Lei 14.133/21.

30.8. Caso o valor da proposta vencedora seja inferior a 85% do valor orçado, a Contratada deverá apresentar garantia adicional, de 5%, sobre o valor equivalente à diferença entre o valor estimado e o valor da proposta final, sem prejuízo das demais garantias exigíveis.

30.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

30.10. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

30.10.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

30.10.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

30.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

30.12. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e Contrato.

30.13. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## **31. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

31.1. Após a homologação da licitação e a devida apresentação da garantia, nos termos deste Edital, a Adjudicatária terá o prazo de **até 5 dias úteis**, contados a partir da sua convocação, para assinatura do Contrato.

31.2. O representante legal da(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) comparecer na sede administrativa da Prefeitura Municipal para assinatura do instrumento contratual em até 05 (cinco) dias úteis contados da convocação publicada no Diário Oficial do Município, devendo o responsável apresentar cópia do contrato social demonstrando capacidade para

firmar o mesmo, ou ainda procuração apta para tal fim, sendo que o não comparecimento do responsável legal da licitante no prazo previsto será considerado como desistência de proposta conforme previsto no Art. 90 da Lei Nº 14.133/21, acarretando as penalidades legais previstas no item 36 deste Edital, sem prejuízo das cominações pertinentes previstas na Lei Nº 14.133/21.

31.2.1. O prazo para assinatura e devolução do Termo de Contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

31.3. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, será facultado à Administração, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

31.3.1. Na hipótese da certidão de regularidade fiscal, trabalhista ou de dívida ativa apresentada na fase de habilitação esteja vencida no momento da convocação para a assinatura do termo de contrato ou do instrumento equivalente, o licitante vencedor será convocado para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, apresentar os documentos atualizados.

31.3.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente ou não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, se houver, em favor do órgão ou entidade licitante.

31.3.3. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do § 2º do Art. 90 da Lei Nº 14.133/21, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

31.3.3.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.

31.3.3.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

31.3.3.3. Caso ocorra os fatos citados anteriormente, a atualização será aplicada utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC ou outro que vier a substituí-lo. Utilizar-se-á o índice acumulado da seguinte forma: índice do 1º mês subsequente ao mês da apresentação de proposta até o índice do mês de convocação.

31.4. O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, contados a partir de sua assinatura.

31.5. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na aquisição do objeto da presente licitação, no

limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial deste Contrato e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

### **32. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO**

32.1. As regras acerca do reajustamento em sentido estrito do valor contratual são as estabelecidas no Projeto Básico e na minuta de Contrato, anexos a este Edital.

### **33. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

33.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Projeto Básico.

### **34. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

34.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Projeto Básico e Minuta de Contrato, anexos a este Edital.

### **35. DO PAGAMENTO**

35.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Projeto Básico e Minuta de Contrato, anexos a este Edital.

### **36. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

36.1. São aplicáveis as sanções previstas no título IV da Lei Federal 14.133/21 e demais normas pertinentes, o PROPONENTE que:

36.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

36.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

36.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

36.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

36.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

36.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

36.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

36.1.3. Não celebrar o contrato ou documento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

36.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

36.1.5. Fraudar a licitação;

36.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial:

- 36.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 36.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 36.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 36.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 36.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 36.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 36.2.1. Advertência;
  - 36.2.2. Multa;
  - 36.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
  - 36.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 36.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 36.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 36.3.2. As peculiaridades do caso concreto
  - 36.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 36.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 36.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 36.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 36.5. As sanções de multa serão aplicadas conforme os seguintes índices:
  - 36.5.1. As infrações citadas no item 36.1.1 serão de 0,5% sobre o valor da proposta do licitante.
  - 36.5.2. As infrações citadas no item 36.1.2 serão de 1% sobre o valor da proposta do licitante.
  - 36.5.3. As infrações citadas no item 36.1.3 serão de 5% sobre o valor da proposta do licitante.
  - 36.5.4. As infrações citadas no item 36.1.4 serão de 10% sobre o valor da proposta do licitante.
  - 36.5.5. As infrações citadas nos itens 36.1.5 e 36.1.6 serão de 15% sobre o valor da proposta do licitante.
  - 36.5.6. As infrações citadas no item 36.1.7 serão de 20% sobre o valor da proposta do licitante.
  - 36.5.7. As infrações citadas no item 36.1.8 serão de 30% sobre o valor da proposta do licitante.

36.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

36.7. A sanção de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR será aplicada em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 36.1.1, 36.1.2 e 36.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

36.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 36.1.4, 36.1.5, 36.1.6, 36.1.7 e 36.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 36.1.1, 36.1.2 e 36.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

36.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

36.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

36.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

36.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

36.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

36.14. Todas os avisos, comunicados, intimações, notificações extrajudiciais e sanções realizados pela Prefeitura Municipal de Jataí para com a LICITANTE/CONTRATADA serão exclusivamente realizadas por meio do DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE JATAÍ e concomitantemente por e-mail oficial informado pela empresa em sua proposta ou cadastro junto à Plataforma da concorrência eletrônica.

36.14.1. A contagem do prazo começa a contar a partir do primeiro dia útil após a publicação no Diário Oficial do Município de Jataí.

36.15. Nos processos de sanções serão abertas vista do processo aos interessados, de segunda-feira à sexta-feira das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00, na sede situada na Rua Itarumã, nº 355, Setor Santa Maria, Jataí/GO – Superintendência de Licitações e Contratos.

36.16. Aplicam-se as demais Sanções previstas na MINUTA DE CONTRATO – ANEXO VII, deste edital.

36.17. Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

36.17.1. Para os propósitos citados, definem-se as seguintes práticas:

36.17.1.1. **PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

36.17.1.2. **PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

36.17.1.3. **PRÁTICA CONLUIADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

36.17.1.4. **PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

36.17.1.5. **PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

## **37. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

37.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

37.2. A IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

37.3. Caberá ao Agente de Contratação, auxiliado pelo setor técnico responsável pela elaboração do Projeto Básico/Executivo, decidir sobre a impugnação, decidir sobre a impugnação no prazo de até **no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame**, contados da data de recebimento da impugnação.

37.3.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial do Município (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA).

37.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

37.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Agente de Contratação, em até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

37.6. O Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

37.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

37.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

37.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

37.10. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

37.11. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

37.12. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

## **38. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

38.1. Da sessão pública desta Concorrência divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

38.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

38.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

38.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

38.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

38.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

38.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

38.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

38.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

38.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

38.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

38.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão, nessa ordem, as deste Edital, do Projeto Básico/Executivo e do Contrato.

38.12. A CONTRATANTE poderá revogar esta concorrência eletrônica por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

38.12.1. A anulação da concorrência eletrônica induz à extinção do contrato.

22.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

38.13. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase desta concorrência eletrônica, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

38.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), [www.jatai.go.gov.br](http://www.jatai.go.gov.br) e os autos do processo administrativo permanecerão, no Centro Administrativo Municipal de Jataí, localizado na Rua Itarumã nº 355, Setor Santa Maria, Jataí - GO, com vista franqueada aos interessados.

38.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I – PROJETO BÁSICO e PROJETO EXECUTIVO e DEMAIS PLANILHAS (CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, MEMORIAL DESCRITIVO, ETC.);**

**ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;**

**ANEXO III – MODELO DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS, INEXISTÊNCIA DE TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO E SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL;**

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;**

**ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;**

**ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;**

**ANEXO VII – MINUTA DO CONTRATO.**

Jataí/GO, aos dias 07 de maio de 2026

**Amanda Franco e Silva**  
Responsável pelo Edital

**ANEXO I – PROJETO BÁSICO**

**PROJETO BÁSICO e DEMAIS PROJETOS e PLAINLHAS  
(ENDEREÇO ELETRÔNICO DOS ARQUIVOS DIGITAIS:**

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

O Valor da proposta a ser inserido no campo próprio do **SISTEMA PORTAL COMPRAS PÚBLICAS** para participação na **DISPUTA DE LANCES** deverá ser: **PREÇO GLOBAL.**

**A proposta a ser anexada ao sistema, deverá ser detalhada conforme modelo abaixo:**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/202X  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/202X**

**(Papel timbrado da empresa)**

**Ao  
Município de Jataí**

**SESSÃO PÚBLICA: XX/XX/202X, às XXhXXmin.  
ÓRGÃO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE**

NOME DE FANTASIA:	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
INSC. EST.:	
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO( )	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	CIDADE:
CEP:	E-MAIL:
TELEFONE:	FAX:
CONTATO DA LICITANTE:	TELEFONE:
BANCO DA LICITANTE:	CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:
Nº DA AGÊNCIA:	

Apresentamos nossa proposta de preços, detalhada na tabela/planilha abaixo, para fornecimento do objeto que trata o CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. XXX/202X, conforme especificação constante no Edital e seus Anexos.

AS PLANILHAS ENCONTRAM-SE DISPONÍVEIS EM NOSSO SITE, PODENDO SER OBTIDAS POR MEIO DO LINK: <https://www.jatai.go.gov.br/site/transparencia/licitacoes/>

**IMPORTANTE:**

Obs. 1: Todas licitantes deverão cotar seu BDI com ISS do local referente a prestação do serviço. Obs. 2: A planilha de composição de encargos sociais sobre a mão de obra deve ser preenchida, conforme sua cotação e regime de tributação, nos termos do Edital.

A empresa declara que:

1. Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.
2. Validade da proposta: \_\_ (\_\_\_\_) dias.
3. Prazo de início de execução do objeto, de acordo com o estabelecido no Edital e seus anexos.
4. Que não possui como sócio, gerente e diretores, servidores da CONTRATANTE, e ainda cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau.

Local/UF, aos dias – do mês de ----- de 202\_.

(assinatura)

Nome completo do representante legal e CPF

Cargo

Telefone/E-mail

Nome completo do Responsável Técnico

CPF, Profissão e Número de Registro

**ANEXO III – MODELO DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS, INEXISTÊNCIA DE TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO E SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/202X**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/202X**

(Papel timbrado da empresa)

Ao  
Município de Jataí

\_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, declara expressamente que:

1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
2. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).
3. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**OBSERVAÇÃO:**

As declarações acima estão dispensadas se forem declaradas e marcadas em campo próprio no sistema da plataforma de licitação eletrônica, utilizado por este órgão.

Local/UF, aos dias – do mês de ----- de 202\_.

(assinatura)

Nome completo do representante legal e CPF

Cargo

Telefone/E-mail

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO  
ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/202X**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/202X**

(Papel timbrado da empresa)

Ao

Município de Jataí

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, declara, para fins do disposto no inc. VI do art. nº 68 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (<sup>1</sup>).

Local/UF, aos dias – do mês de ----- de 202\_.

(assinatura)

Nome completo do representante legal e CPF

Cargo

Telefone/E-mail

---

<sup>1</sup> Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

**ANEXO V – MODELO DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/202X**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/202X**

(Papel timbrado da empresa)

Ao

Município de Jataí

[Nome da empresa], [qualificação: tipo de sociedade (LTDA, S.A, etc.), endereço completo, inscrita no CNPJ sob o nº [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da carteira de identidade nº [xxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxx], declara, sob as penalidades da lei, que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Declaro, para fins da LC 123/2006 e suas alterações, sob as penalidades desta, ser:

( ) Microempresa – receita bruta anual igual ou inferior a 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 alterada pela LC 147/2014.

( ) Empresa de Pequeno Porte – receita bruta anual superior a 360.000,00 e igual ou inferior a 4.800.000,00 valores, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 alterada pela LC 147/2014.

**OBSERVAÇÕES:**

- Esta declaração poderá ser preenchida somente pela licitante enquadrada como ME ou EPP, nos termos da LC 123, de 14 de dezembro de 2006;
- A não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como ME ou EPP, nos termos da LC nº 123/2006, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.

Local/UF, aos dias – do mês de ----- de 202\_.

(assinatura)

Nome completo do representante legal e CPF

Cargo

Telefone/E-mail

**ANEXO VI – MODELO DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/202X**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/202X**

(Papel timbrado da empresa)

Ao

Município de Jataí

A \_\_\_\_\_ (razão social da empresa), CNPJ nº \_\_\_\_\_, localizada à \_\_\_\_\_, declara, em conformidade com a lei nº 14.133/21, conhecer e aceitar todas as condições constantes do Edital de Concorrência Eletrônica nº XXX/202X, bem como de seus anexos e que, assim sendo, atendemos plenamente a todos os requisitos necessários à participação e habilitação no mesmo, ou seja, que não temos restrições quanto às certidões e demais documentos exigidos pelo Edital e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Local/UF, aos dias – do mês de ----- de 202\_.

(assinatura)

Nome completo do representante legal e CPF

Cargo

Telefone/E-mail

**ANEXO VII – MINUTA DO CONTRATO**

Contrato: -----/2026

**CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE  
SI O MUNICÍPIO DE JATAÍ-GO E A  
EMPRESA-----NA FORMA  
ABAIXO:**

**CONTRATANTE:** O MUNICÍPIO DE JATAÍ-GO, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.165.729/0001-80, com sede na Rua Itarumã, nº 355, Setor Santa Maria, representado pelo Prefeito **GENEILTON FILHO DE ASSIS**, brasileiro, casado, devidamente inscrito no CPF sob o n.º 617.726.901-04, neste ato representado pelo Gestor e Ordenador de Despesas, Sr. **JOÃO GERALDO DE SOUZA BRAGA**, brasileiro, casado, devidamente inscrito no CPF sob o n.º 279.678.671-49, no qual foi designado pelo Decreto nº 01 de 03 de janeiro de 2025.

**CONTRATADA:** empresa -----, inscrita no CNPJ/MF sob o nº-----, com sede na-----, estado de-----, neste ato representada por seu-----, devidamente inscrito no CPF sob o n.º -----, residente e domiciliado-----.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Termo de contrato decorrente da **CONCORRÊNCIA Nº --/2026**, nos termos da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, tudo constante do **Processo Administrativo nº 42.323/2024**, que faz parte integrante deste contrato, regendo-o no que for omissivo.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** O presente contrato tem como objeto a execução da obra de ampliação da Escola Municipal Romualda de Barros, por meio da construção de 02 (duas) salas de aula junto à edificação, em atendimento ao Convênio nº 348/2025, firmado entre o Município de Jataí e o Estado de Goiás/SEDUC, incluindo-se todos os materiais, equipamentos e mão de obra especializada para efetivação do escopo, conforme detalhamentos técnicos constantes dos Memoriais, Projetos e demais especificações constantes nos anexos.

**1.2.** O regime de execução será empreitada por preço unitário.

**1.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

**1.3.1.** O Projeto Básico;

**1.3.2.** O Edital da Licitação;

**1.3.3.** A Proposta da contratada;

**1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES**

**2.1.** O preço global para a execução da obra será no importe total de R\$ XXX (XXX).

**2.2.** No preço acima estão inclusas todas as despesas relativas ao objeto contratado, tais como BDI, tributos, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, fiscais, seguros, materiais, equipamentos e ferramentas, instalação de canteiro, mão- de-obra, capacitação (Resolução

98/12 do CSJT) entre quaisquer outros custos decorrentes da execução do objeto.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**3.1.** O prazo de vigência é de 12 (doze) meses, contados de \_\_/\_\_/\_\_, na forma do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.1.1.** Por se tratar de contratação por escopo o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato, através de termo aditivo.

**3.1.2.** Antes de prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal da contratada, consultará o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitirá as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas juntando-as ao respectivo processo.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**4.1.** A despesa decorrente da celebração do presente contrato, estimada para exercício financeiro de 2026, ocorrerá à conta de recursos oriundos do Convênio nº 348/2025 firmado juntamente com o Estado de Goiás por meio da Secretaria de Estado da Educação/SEDUC com contrapartida do Município, por meio da seguinte dotação orçamentária:

<b>Órgão</b>	Prefeitura Municipal de Jataí
<b>Unidade</b>	Secretaria de Educação
<b>Dotação Orçamentária</b>	<b>12.361.1239.1.361-4.4.90.51.00</b>
<b>Fonte</b>	201.00 e 237.000

**4.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante Termo de Apostilamento.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1.** O prazo para execução da obra será de 3 (três) meses, contados do recebimento da Ordem de Serviços (OS).

**5.2.** Os serviços deverão ser executados em 3 (três) etapas de acordo com o cronograma físico-financeiro anexo ao processo.

**5.2.1.** Após assinatura do contrato, o Gestor emitira a Ordem de Serviço e agendará a reunião inicial de alinhamento.

**5.3.** A CONTRATADA deverá efetuar seu próprio planejamento para a obra, conforme Projeto Básico.

**5.4.** A CONTRATADA deverá manter no canteiro de obras, no mínimo, a equipe técnica prevista no Projeto Básico.

**5.5.** Todos os profissionais da equipe técnica deverão possuir vínculo profissional com a Contratada, a ser comprovado mediante apresentação, quando exigido, de documento que comprove vínculo de emprego, ou documento que comprove ser o profissional sócio da empresa, ou ainda, contrato civil de prestação de serviços.

**5.6.** Os profissionais técnicos deverão ser registrados no Conselho de Classe Profissional e deverão emitir a respectiva ART ou RRT de execução dos serviços, antes do início das

atividades.

5.7. No caso de antecipação do prazo previsto no cronograma, o valor estimado para equipe técnica será integralmente pago à CONTRATADA. No caso de atraso na execução do cronograma, por responsabilidade da CONTRATADA, não caberá qualquer complementação dos valores de despesas administrativas.

5.8. As especificações e demais exigências do Contrato e do Projeto Básico para contratação da obra foram elaboradas de forma a reduzir os resíduos gerados na construção, proporcionar economia na manutenção dos prédios, reduzir o consumo de energia e água, garantir os direitos constitucionais de acessibilidade às pessoas com deficiência, bem como utilizar tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

5.9. A Contratada deve observar todas as especificações constantes no Projeto Básico.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DA MATRIZ DE RISCO**

6.1. Os riscos envolvidos na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, estão especificados na matriz de risco, anexo a este Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO**

7.1. A CONTRATANTE deverá efetuar os pagamentos das faturas emitidas pela CONTRATADA com base nas medições de serviços aprovadas pela Fiscalização, obedecidas às condições estabelecidas neste instrumento.

7.2. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá fornecer, anexo a fatura, certificados de regularidade fiscal, regularidade perante o INSS e FGTS e certidão negativa de débitos trabalhistas, acompanhada da folha de pagamento dos empregados individualizada, guia do FGTS, acompanhada da relação empregado x tomador – GFIP/SEFIP, com o recibo de pagamento do mesmo, além de outros documentos exigíveis para fins de fiscalização trabalhista do contratado.

7.3. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da apresentação da fatura de medição já aprovada pela FISCALIZAÇÃO, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicada pela CONTRATADA.

7.4. Em caso de irregularidade fiscal, a CONTRATANTE notificará a empresa CONTRATADA para que sejam sanadas as pendências no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período. Findado este prazo sem que haja a regularização por parte da empresa vencedora ou a apresentação de defesa aceita pela CONTRATANTE, estes fatos, isoladamente ou em conjunto, caracterizarão descumprimento de cláusula do Edital, e estará o Contrato, passível de rescisão e às sanções administrativas previstas no Edital, no Projeto Básico e neste contrato.

7.5. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo de que trata o item anterior, passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.6. A devolução da fatura não aprovada pela CONTRATANTE para pagamento, não servirá de motivo para que a CONTRATADA suspenda total ou parcialmente a prestação de serviços ou deixe de arcar com suas obrigações junto aos seus funcionários.

7.7. A(s) nota(s) fiscal(is) será(ão) conferida(s) pelo responsável designado para acompanhamento e recebimento dos serviços.

7.8. O MUNICÍPIO DE JATAÍ poderá suspender o pagamento de qualquer fatura apresentada pela CONTRATADA, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

7.8.1. Descumprimento de obrigação relacionada ao objeto contratado.

7.8.2. Não cumprimento das obrigações, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a contratada atenda a cláusula infringida.

7.8.3. Obrigações da CONTRATADA com terceiros que, eventualmente, possam prejudicar a Administração.

7.8.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

7.9. Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da CONTRATADA, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 6% (seis por cento) ao ano, calculados “pró-rata tempore”, em relação ao atraso verificado.

7.9.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6/100) 365$

$I = 0,00016438$  TX = Percentual da taxa anual = 6%.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A CONTRATANTE, por meio de portaria, designará servidor(es) para realizar a gestão do contrato, a fiscalização da execução dos serviços e o seu recebimento definitivo, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do objeto da contratação.

8.2. À Fiscalização é assegurado o direito de determinar a suspensão das obras e serviços, sem prejuízo da penalidade a que ficar sujeito a CONTRATADA e sem que esta tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ser atendida dentro do prazo estipulado pelo fiscal, a contar da solicitação através do diário de obras correspondente, qualquer reclamação sobre defeito essencial em serviço executado ou material inserido na obra.

8.3. Fica aqui determinado que após o recebimento da NOTIFICAÇÃO NO DIÁRIO DE OBRAS, A CONTRATADA é obrigada a retirar imediatamente da obra, qualquer empregado, tarefeiros, operários ou subordinados que, a critério da fiscalização, venha a demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica.

8.4. Caso haja necessidade de substituição do profissional residente ou RT da CONTRATADA, deverá ser comunicado previamente à CONTRATANTE, cujo *curriculum* também deverá ser apresentado para fins de aprovação, e que também deverá ter visto no

CREA-GO.

**8.5.** A CONTRATANTE, por meio da fiscalização, não aceitará serviços em cuja execução não tenha sido observada preceitos estabelecidos nos documentos que compõem o Projeto Básico, o edital e nas especificações da obra e fará demolir, por conta e risco da CONTRATADA, em todo ou em partes, os serviços mal executados.

**8.6.** A Fiscalização tem autoridade para exercer, em nome da CONTRATANTE, toda e qualquer orientação geral, controle e acompanhamento das obras e serviços em execução.

**8.7.** Em caso de divergência entre os elementos dos projetos e as peças técnicas, a CONTRATADA deverá consultar a FISCALIZAÇÃO, em cada caso. Todos os casos omissos nas especificações, memoriais ou projetos serão esclarecidos e resolvidos formalmente de comum acordo com a FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE.

**8.8.** A Fiscalização realizará, dentre outras, as seguintes atividades:

**8.8.1.** Manutenção de uma pasta digital completa e atualizada de toda a documentação pertinente aos trabalhos, incluindo o contrato, Projeto Básico, memoriais, orçamentos, cronogramas, caderneta de ocorrências, correspondência, relatórios diários, certificados de ensaios e testes de materiais e serviços, protótipos e catálogos de materiais e equipamentos aplicados nos serviços e obras.

**8.8.2.** Análise e aprovação do planejamento da obra.

**8.8.3.** Análise e aprovação do projeto de instalações provisórias e canteiro de serviço apresentados pela CONTRATADA após a emissão da ordem de serviços.

**8.8.4.** Esclarecimento ou solução de incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas no decorrer da execução dos serviços, bem como nas demais informações e instruções complementares do Projeto Básico, necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos.

**8.8.5.** Solucionar as dúvidas e questões pertinentes a prioridade ou sequência dos serviços e obras em execução, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da CONTRATADA com as atividades de outras empresas ou profissionais eventualmente contratados pela CONTRATANTE.

**8.8.6.** Solicitar a presença dos autores dos projetos no canteiro de serviço, sempre que for necessária a verificação da exata correspondência entre as condições reais de execução e os parâmetros, definições e conceitos de projeto.

**8.8.7.** Exercício de controle sobre o cronograma de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos.

**8.8.8.** Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições, bem como conferir, visitar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela CONTRATADA.

**8.8.9.** Verificar e aprovar eventuais substituições de materiais, equipamentos e serviços solicitada pela CONTRATADA, com base na comprovação da equivalência entre os componentes, de conformidade com os requisitos estabelecidos nos projetos, memoriais e Projeto Básico.

**8.8.10.** Paralisar e/ou solicitar correção de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com projeto, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato.

**8.8.11.** Solicitar a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos serviços e obras objeto do contrato.

**8.8.12.** Encaminhamento à CONTRATADA das observações efetuadas para que

sejam providenciados os respectivos atendimentos.

**8.8.13.** Recebimento da documentação final dos projetos, verificando o atendimento aos relatórios, observações efetuadas e a apresentação de todos os documentos previstos, como desenhos, especificações, memoriais descritivos, e de cálculo ou justificativos, quando estes se fizerem necessários.

**8.9.** A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços.

**8.10.** A Fiscalização deverá zelar para que o diário de obras seja preenchido corretamente.

**8.11.** As reuniões realizadas no local dos serviços e obras serão documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pela Fiscalização e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsáveis pelas providências a serem tomadas.

**8.11.1.** Será admitida pela FISCALIZAÇÃO a utilização de materiais de equivalência técnica ou superiores aos especificados no projeto, desde que a empresa licitante declare expressamente na apresentação de sua proposta, em documento próprio e assinado, a identidade de todos os materiais que porventura queiram substituir pelos equivalentes, especificando a marca, o fabricante e modelo. Esses materiais ficarão sujeitos a testes de laboratório, com ônus para a CONTRATADA, a fim de comprovação da qualidade com relação ao material especificado pela CONTRATANTE.

**8.12.** Os pagamentos das faturas emitidas pela CONTRATADA serão com base nas medições de serviços aprovadas pela Fiscalização, obedecidas às condições estabelecidas neste instrumento.

## **9. CLÁUSULA NONA – DAS MEDIÇÕES**

**9.1.** O regime de execução será o de empreitada por preço unitário.

**9.2.** Para a quantificação dos serviços executados pela CONTRATADA e medidos/aceitos pela FISCALIZAÇÃO, será adotado o critério constante no caderno técnico de composições do SINAPI. Excepcionalmente, inexistindo referência no SINAPI e nos documentos técnicos desta licitação, caberá à FISCALIZAÇÃO definir os critérios de medição.

**9.3.** As medições serão realizadas a cada período de 30 (trinta) dias corridos (ou outro período a ser combinado entre as partes), em estrita concordância e observância ao cronograma físico-financeiro aprovado.

**9.4.** Ao final de cada mês, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha de medição, memória de cálculo detalhada, relatório fotográfico, croqui de localização de serviços, diários de obra referente ao período da medição e controle tecnológico de serviços executados.

**9.5.** Somente poderão ser considerados para efeito de medição os serviços efetivamente executados pela CONTRATADA e aprovados pela FISCALIZAÇÃO, respeitadas as especificações deste Projeto Básico e as normas técnicas aplicáveis.

**9.6.** Casos fortuitos ou de força maior que ensejem a realização de medições em discordância com o cronograma físico-financeiro aprovado deverão ser devidamente justificados.

**9.7.** Se a CONTRATADA vier a antecipar a execução de algum serviço em relação à previsão original constante no cronograma físico-financeiro poderá apresentar a planilha de

medição correspondente à CONTRATANTE, a qual poderá aprovar a medição antecipada do valor respectivo.

**9.8.** A CONTRATANTE terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da data da apresentação da planilha de medição pela CONTRATADA, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados.

**9.9.** A aprovação da planilha de medição apresentada pela CONTRATADA não a exime de quaisquer responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

**10.1.** A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do item 30.1.1 do Edital de licitação, bem como do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade **SEGURO GARANTIA**, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do homologado.

**10.1.1.** O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se a CONTRATADA não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

**10.1.2.** A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

**10.1.3.** A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

**10.1.4.** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem abaixo.

**10.1.5.** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a Contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

**10.2.** A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do item 30.1.2 do Edital de licitação, bem como do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

**10.2.1.** A contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da contratante, contado da assinatura do contrato comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, título da dívida pública, fiança bancária, título de capitalização.

**10.2.2.** Caso a opção seja a garantia em dinheiro a contratada deverá efetuar em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do Município de Jataí/GO.

**10.2.3.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

**10.2.4.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo

827 do Código Civil.

- 10.3.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 10.3.1.** Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - 10.3.2.** Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
  - 10.3.3.** Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 10.4.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 10.5.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 10.6.** O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 10.6.1.** O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
  - 10.6.2.** Caso se trate da modalidade **seguro-garantia**, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 10.7.** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 10.8.** A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
- 10.9.** A CONTRATANTE não executará a garantia nas seguintes hipóteses:
- 10.9.1.** Caso fortuito ou força maior;
  - 10.9.2.** Alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;
  - 10.9.3.** Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrente de atos ou fatos da Administração; ou
  - 10.9.4.** Prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.
    - 10.9.4.1.** Caberá à própria Administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nos itens 10.9.3 e 10.9.4 desta cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo Município.
- 10.10.** Será considerada extinta a garantia:
- 10.10.1.** Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato ou após o término da vigência do contrato;
  - 10.10.2.** Com o término da vigência do contrato, que poderá independentemente da

sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro;

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E DIREITOS DA CONTRATANTE**

**11.1.** Além dos direitos e obrigações elencados à CONTRATANTE no Projeto Básico e na Lei 14.133/2021, fica ainda:

**11.1.1.** Obrigada a exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

**11.1.2.** Solicitar o início dos serviços à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Serviço (OS);

**11.1.3.** Fornecer, nos prazos previamente acordados, os elementos básicos, informações técnicas e dados complementares que sejam necessários à boa realização do objeto.

**11.1.4.** Receber provisória e definitivamente o objeto, conforme especificações, prazos e condições estabelecidas no Projeto Básico e neste contrato;

**11.1.5.** Rejeitar o objeto contratado que não satisfizerem aos padrões exigidos nas especificações e recomendações da CONTRATANTE.

**11.1.6.** Acompanhar e fiscalizar, através de servidor ou comissão especialmente designada, o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, sob os aspectos quantitativo e qualificativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando a CONTRATADA quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma.

**11.1.7.** Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, fixando prazo para a sua correção, substituição, e/ou reparação, no total ou em parte.

**11.1.8.** Aplicar a Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**11.1.9.** Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução deste contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

**11.1.10.** Atestar as notas fiscais/faturas, por servidor competente.

**11.1.11.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**11.1.12.** Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar suas obrigações dentro das normas do contrato.

**11.1.13.** Efetuar o pagamento à contratada de acordo com o preço, os prazos e as condições estipuladas.

**11.1.14.** Zelar para que, durante a vigência do contratado, a CONTRATADA cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

**11.1.15.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**11.1.16.** Zelar pelo cumprimento das obrigações da CONTRATADA relativas à

observância das normas ambientais vigentes.

**11.1.17.** Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações que serão firmadas no Contrato, no Edital, especialmente no Projeto Básico e seus anexos.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E DIREITOS DA CONTRATADA**

**12.1.** Além dos direitos e obrigações elencados à CONTRATADA no Projeto Básico e na Lei 14.133/2021, cabe ainda o cumprimento das seguintes obrigações **GERAIS**:

**12.1.1.** Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

**12.1.1.1.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

**12.1.2.** Realizar o acompanhamento da garantia, devendo realizar as alterações, atualizações e renovações, bem como qualquer assunto pertinente a garantia contratual, procedendo, em tempo hábil, ao encaminhamento necessário à sua substituição e/ou reforço ou prorrogação do prazo de sua vigência junto a seguradora, quando for o caso;

**12.1.3.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**12.1.4.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**12.1.5.**

**12.1.6.** Guardar observância às leis, decretos, regulamentos, normas federais, estaduais, municipais e normas técnicas direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato. Caso sejam propostas soluções à margem deste arcabouço legal, a CONTRATADA deverá justificá-las por meio de Laudos e Relatórios Técnicos.

**12.1.7.** Obedecer às recomendações da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), ou por outra entidade credenciada pelo Inmetro, referentes às normas de classificação, especificação, métodos, procedimentos, padronização, simbologia e terminologia dos elementos dos projetos.

**12.1.8.** Não alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições do contrato, dos projetos, das especificações técnicas, do memorial, bem como de tudo o que estiver contido nas normas, especificações e métodos da ABNT, ou por outra entidade credenciada pelo Inmetro, e outras normas pertinentes citadas ou não neste contrato.

**12.1.9.** Se responsabilizar pelos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes no Município, no Estado e na União.

**12.1.10.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como

por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

**12.1.11.** Manter contato com as repartições competentes, a fim de obter as necessárias aprovações dos serviços a serem executados, bem como fazer os pedidos de ligações e inspeções pertinentes e providenciar todos os materiais e serviços necessários a estas ligações às suas expensas.

**12.1.12.** Facilitar a inspeção meticulosa da fiscalização dos materiais, da execução das obras e dos serviços contratados, facilitando à FISCALIZAÇÃO o acesso a todas as partes das obras contratadas, inclusive em oficinas, armazéns e dependências onde se encontrem materiais destinados à obra.

**12.1.13.** Manter durante toda a vigência do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**12.1.14.** Prestar toda a assistência técnica e administrativa necessárias para imprimir andamento conveniente aos trabalhos.

**12.1.15.** Apresentar, por escrito, os dados relativos ao seu Representante Legal durante a execução dos serviços, que deverão incluir nome, qualificação, telefone e e-mail.

12.1.15.1. Toda comunicação entre CONTRATANTE E CONTRATADA serão conforme a Cláusula 17.

12.1.15.2. Manter os dados do item acima sempre atualizados.

**12.1.16.** Acompanhar o Diário Oficial do Município, tendo em vista que todas as avisos, sanções, e comunicados realizados pela Prefeitura Municipal de Jataí para com a CONTRATADA serão exclusivamente realizadas por meio do DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE JATAÍ, conforme estipula a Cláusula 17.

## **12.2.** Quanto aos MATERIAIS E MÃO DE OBRA:

**12.2.1.** Ter capacidade de mobilização da equipe e disponibilidade de equipamentos e materiais necessários para a execução do objeto.

**12.2.2.** Fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra de primeira linha necessários ao cumprimento integral do objeto da licitação, baseando-se nos projetos fornecidos, bem como nos respectivos memoriais descritivos.

**12.2.3.** Utilizar empregados habilitados, fardados e com amplo conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

**12.2.4.** Conduzir os serviços com pessoal próprio, competente e capaz de proporcionar serviços tecnicamente bem executados e de acabamento esmerado, e de acordo as normas vigentes, em número compatível com o ritmo dos serviços para que o planejamento da obra seja cumprido à risca.

**12.2.5.** Para os trabalhos em altura, quando for o caso, designar somente trabalhadores com treinamento em NR-35.

**12.2.6.** Se responsabilizar por quaisquer acidentes no trabalho de execução das obras e dos serviços contratados, bem como pelas indenizações referentes a Acidentes de Trabalho e Responsabilidade Civil, decorrentes das leis trabalhistas, que possam vir

a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos na via pública.

**12.2.7.** Adquirir e fornecer Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC e Equipamentos de Proteção Individual - EPI a todos os empregados, bem como orientá-los quanto à necessidade e obrigatoriedade de seu uso em serviço.

**12.2.8.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

**12.2.9.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**12.2.10.** A contratada deverá absorver, durante a execução do contrato, vagas especiais reservadas pela legislação, tais como egressos do sistema penitenciário, mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, deficientes físicos/mentais, etc., nos termos previstos em cada lei específica, desde que atendidos os requisitos legais.

**12.2.11.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, conforme art. 116 da Lei n.º 14.133/21;

**12.2.12.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere os itens 12.2.10 e 12.2.11, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme art. 116, parágrafo único da Lei n.º 14.133/21;

### **12.3.** Quanto a EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

**12.3.1.** Cumprir os prazos contratuais, bem como, o planejamento da obra.

**12.3.2.** Promover a execução regular dos serviços, assim entendida quando houver obediência aos prazos, às especificações de insumos e materiais, bem como o atendimento aos eventuais problemas detectados pós entrega e dentro do período de garantia.

**12.3.3.** Executar os serviços conforme especificações dos documentos técnicos do edital e da sua proposta de preços, com a alocação dos recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e na quantidade especificadas.

**12.3.4.** Apresentar laudos de ensaio quando solicitado pela fiscalização.

**12.3.5.** Se responsabilizar por uso indevido de patentes registradas e pela destruição ou danificação da obra em construção até a definitiva aceitação da mesma pela Contratante, ainda que resultante de caso fortuito e por qualquer causa.

**12.3.6.** Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica - ART's referentes a todos os serviços objeto do Contrato e especialidades pertinentes, ficando responsável pelos procedimentos, custos e taxas envolvidas, com prazo estipulado de 10 (dez) dias para entrega à CONTRATANTE, após assinatura da

Ordem de Serviços.

**12.3.7.** Afixar as placas da obra, que devem estar dentro dos padrões recomendados por posturas legais, em local bem visível e com os dizeres recomendados pela Fiscalização.

**12.3.8.** Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras (CNO), da Receita Federal do Brasil, relativo ao objeto do contrato, de forma a possibilitar o licenciamento da execução dos serviços e obras, nos termos do 5º, Seção II, da IN RFB nº2061/2021, com prazo estipulado de 30 (trinta) dias contados do início das atividades.

**12.3.9.** Apresentar à Delegacia Regional do Trabalho, antes do início dos trabalhos, as informações pertinentes à sua identificação e ao objeto do contrato.

**12.3.10.** Relatar formalmente à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços ou fato anormal ou extraordinário que ocorra no local dos trabalhos.

**12.3.11.** Designar um profissional de seu quadro para ser responsável pelo Contrato, com as atribuições de representante da mesma para as reuniões e contatos que se fizerem necessários com o representante da CONTRATANTE e desencadeamento de providências e ações cabíveis para o perfeito desenvolvimento dos serviços.

**12.3.12.** Providenciar e manter atualizados relatórios diários de execução dos serviços e obras (Diário de Obra), contendo o registro de fatos normais do andamento dos serviços, como: entrada e saída de equipamentos, serviços em andamento, efetivo de pessoal, condições climáticas, visitas ao canteiro de serviço, inclusive para as atividades de suas subcontratadas.

**12.3.13.** Se responsabilizar diretamente por todas e quaisquer perdas e danos causados em bens ou pessoas, inclusive em propriedades vizinhas, decorrentes de omissões e atos praticados por seus funcionários e prepostos, fornecedores e subcontratadas, bem como originados de infrações ou inobservância de leis, decretos, regulamentos, portarias e posturas oficiais em vigor, devendo indenizar a CONTRATANTE por quaisquer pagamentos que seja obrigado a fazer a esse título, incluindo multas, correções monetárias e acréscimos de mora.

**12.3.14.** Executar os ajustes nos serviços concluídos ou em execução determinados pela Fiscalização.

**12.3.15.** Substituir imediatamente os equipamentos, quando da quebra, furto ou necessidade de reparo, de forma a não comprometer a execução do objeto contratado, sendo que qualquer substituição, movimentação, acréscimo ou supressão dos mesmos deverá ser informado à CONTRATANTE imediatamente após a ação.

**12.3.16.** Não executar qualquer serviço fora do escopo contratado, salvo com autorização formal da FISCALIZAÇÃO ou aqueles que se caracterizem, notadamente, como de emergência e necessários ao andamento ou segurança dos serviços.

**12.3.17.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela Fiscalização, os serviços efetuados em que se verificarem incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

**12.3.18.** Se responsabilizar por todos os danos causados as obras e ou aos serviços, bem como a terceiros, reparando, consertando, substituindo, ressarcindo os seus respectivos proprietários.

**12.4. Quanto a CONCLUSÃO DA OBRA:**

**12.4.1.** Retirar até 15 (quinze) dias após o recebimento dos serviços e obras, todo pessoal, máquinas, equipamentos, materiais e instalações provisórias do local dos trabalhos, deixando todas as áreas do canteiro de serviço limpas e livres de entulhos e detritos de qualquer natureza.

**12.5. Quanto a GARANTIA LEGAL:**

**12.5.1.** Conceder garantia durante 05 (cinco) anos após o Recebimento Definitivo da Obras, nos termos do artigo 618 do Código Civil, período em que a contratada responderá pela qualidade e segurança das obras e dos serviços executados, respeitado o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito construtivo, dentro do qual ocorrerá a notificação administrativa do empreiteiro/contratado, para que proceda a efetiva reparação dos defeitos construtivos decorrentes de sua responsabilidade e que se mostrem incompatíveis com a idade de uso do empreendimento.

**12.5.2.** Caso a CONTRATADA recusar, demorar, negligenciar ou deixar de eliminar as falhas, vícios, defeitos ou imperfeições apontados pela Administração, respeitado o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito construtivo, poderá a Contratante efetuar os reparos e substituições necessárias, instaurando, porém, processo judicial, visando o ressarcimento ao Erário dos custos necessários para a reparação dos defeitos construtivos de responsabilidade do empreiteiro/contratado e que se mostrem incompatíveis com a idade de uso do empreendimento.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

**13.1.** O recebimento da obra ocorrerá nos termos do item 22 do Termo de Referência, cabendo à CONTRATADA notificar formalmente a FISCALIZAÇÃO informando que concluiu a obra e requer a realização de vistoria para fins de recebimento provisório.

**13.2.** A vistoria será efetuada pela Fiscalização no prazo de até 1 (um) mês do seu requerimento. Tendo por concluída a obra, a Fiscalização emitirá, naquela data, o Termo de Recebimento Provisório - TRP da obra, circunstanciado e assinado pelas partes.

**13.3.** Sendo constatada na vistoria a não conclusão integral da obra, volta-se a fluir o prazo legal para a conclusão dos serviços ou, caso findo o prazo, poderá incidir mora na prestação.

**13.4.** O recebimento definitivo da obra se fará por servidor ou comissão designados pela Administração, mediante termo circunstanciado (Termo de Recebimento Definitivo), no prazo de até 3 (três) meses, contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório, após satisfeitas as seguintes condições:

**13.4.1.** Vistoria que comprove a ausência de vícios na execução da reforma, a ser efetuada no prazo de até 90 (noventa) dias corridos, contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório da reforma;

**13.4.2.** Entrega, pela Contratada, dos documentos emitidos por terceiros, como: Certidão Negativa de Débitos Previdenciários da obra - CND, emitida pela Receita Federal, aprovação dos órgãos competentes (se for o caso).

**13.5.** O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

**13.6.** O recebimento definitivo pela Administração não eximirá a contratada, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior estabelecido em normas técnicas brasileira vigentes, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

**13.7.** A CONTRATADA, fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, no prazo solicitado pelo fiscal do contrato, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

**13.8.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, tendo em vista as garantias concedidas, as responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

##### **14.1. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO**

**14.1.1.** Os preços apresentados pela contratada serão irrealizáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data-base. Após esse período (ou seja, a partir do mês subsequente ao aniversário da data-base do orçamento), os mesmos poderão ser reajustados para cobrir alterações no custo dos insumos na mesma proporção da variação prevista no Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado (INCC-M), pela seguinte expressão matemática:

<b>Fórmula</b>	<b>Definições</b>
$R = (Li - Lo) / Lo \times V$	<p><b>R</b>= Valor do Reajustamento por item de serviço;  <b>Li</b> = Índice (INCC) da coluna 35 da FGV, correspondente ao mês de aniversário da data-base do orçamento;  <b>Lo</b> = Índice (INCC) da coluna 35 da FGV, correspondente ao mês da data-base do orçamento;  <b>V</b> = Valor do saldo contratual a ser reajustado.</p>

**14.1.2.** A data base do orçamento estimado: SINAPI 05/2025

**14.1.3.** A contratada é a responsável por apresentar a solicitação de reajuste à contratante, devendo apresentar, no mínimo:

14.1.3.1. O percentual a ser aplicado, devendo ser embasado no item 14.1.1 do contrato;

14.1.3.2. a medição acumulada dos serviços executados, com a devida assinatura do responsável técnico da empresa contratada e do fiscal do contrato;

14.1.3.3. a planilha orçamentária com a indicação do saldo quantitativo e financeiro, anterior à aplicação de reajustamento, para todos os itens/serviços contratados;

14.1.3.4. a planilha orçamentária, em formato editável (exemplo: .xls ou .xlsx) e não editável (exemplo: .pdf), que apresente a memória de

cálculo do reajustamento efetuado e demonstre os novos preços unitários e o novo valor total do contrato, devendo demonstrar, ainda, que não deu causa a eventual atraso no cronograma da obra, que justifique a incidência do reajustamento;

**14.1.4.** Não serão aceitos reajustes para serviços em que haja atrasos por culpa exclusiva da contratada, tomando como referência o planejamento da obra aprovado pela fiscalização quando do início da execução.

**14.1.5.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**14.1.6.** Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**14.1.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

**14.1.8.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste, sobre estrita observância ao item 14.1.3

**14.1.9.** A formalização da alteração dos preços dos contratos decorrente de reajustamento será realizada por meio de simples apostila, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## **14.2. DA REVISÃO**

**14.2.1.** A CONTRATADA poderá solicitar a REVISÃO quando ocorrer a desequilíbrio econômico financeiro em virtude de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, conforme previsto na alínea “d”, inciso II, art. 124 da Lei 14.133/21.

**14.2.2.** A CONTRATADA deverá encaminhar junto a solicitação de revisão a documentação comprobatória, conforme art. 29 da IN nº 9/23 do TCM/GO, devendo conter no mínimo:

14.2.2.1. indicação do(s) item(ns), serviço(s) ou insumo(s) do contrato passível(eis) de realinhamento;

14.2.2.2. demonstração do fato gerador do desequilíbrio de forma que fique comprovado o caráter extraordinário do pleito, devendo ser apresentado de forma individualizada para cada item, serviço ou insumo;

14.2.2.3. indicação da data a partir da qual pretende-se aplicar o realinhamento, podendo ser indicadas datas diferentes em caso de o pedido abarcar mais de um item, serviço ou insumo;

14.2.2.4. comprovação do novo valor para cada item, serviço ou insumo a ser realinhado, que demonstre a elevada evolução dos preços no mercado;

14.2.2.5. planilha orçamentária com a indicação do saldo quantitativo e financeiro, anterior à aplicação de realinhamento, para cada item, serviço ou insumo a ser alterado;

14.2.2.6. planilha orçamentária, acompanhada da memória de cálculo de cada item, do serviço ou do insumo a ser realinhado, que demonstre os novos

preços unitários e o novo valor total do contrato;

**14.2.3.** A revisão deve ser apresentada de forma individualizada para cada item, serviço ou insumo que tenha sido efetivamente impactado pelo fato gerador do desequilíbrio, sendo vedada a aplicação de índice sobre o valor global do contrato.

**14.2.4.** A simples variação dos preços divulgados nos sistemas de custos referenciais não autoriza a formalização de revisão.

**14.2.5.** Será levado em consideração na análise do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, eventual desconto ofertado pela Contratada sobre o valor estimado do processo na fase de lances.

**14.2.6.** Os preços dos itens, dos serviços ou dos insumos do contrato que tiverem sido objeto de revisão terão suas datas-bases atualizadas à data do fato gerador do desequilíbrio.

**14.2.7.** A CONTRATANTE deverá apresentar resposta para o pedido de revisão da CONTRATADA, no prazo de até 1 (um) mês, contados da data do recebimento de toda documentação elencada nos itens anteriores, conforme art. 92, inciso XI da Lei 14.133/2021.

**14.2.8.** A revisão será realizada por meio de Termo Aditivo, conforme art. 124, inciso II, alínea “d” da Lei 14.133/21.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**15.1.** Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei n.º 14.133/21, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

**15.2.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

**15.3.** Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites de acréscimos ou supressões.

**15.4.** A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor da contratada em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

**15.5.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante.

**15.6.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES**

**16.1.** O art. 156 discrimina quais são as possíveis sanções a serem aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas na LLC, a saber:

**16.1.1.** Advertência;

**16.1.2.** Multa;

**16.1.3.** Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública de Jataí;

**16.1.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração

Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

**16.2.** A ADVERTÊNCIA será realizada por meios formais, devendo ser juntada a comprovação de que a CONTRATADA tomou ciência. Essa sanção será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da LLC (dar causa à inexecução parcial do contrato), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**16.3.** As sanções de “impedimento de licitar e contratar” e “declaração de inidoneidade para licitar ou contratar”, se necessárias, serão nos moldes apresentados pela LLC, em especial, nos arts. 155 a 163.

**16.4.** A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções citadas.

**16.5.** Em se tratando da multa, conforme § 3º do art. 156 da LLC, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato firmado, podendo ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da mesma Lei.

**16.6.** Na sequência, para cada uma das infrações prevista no art. 155 da LLC apresenta-se o percentual de multa a ser aplicado:

<b>Tabela 1 – Relação de infrações e respectivos percentuais de multa</b>		
<b>Inciso do art. 155 da LLC</b>	<b>Descrição</b>	<b>% de multa sobre a parcela inadimplida</b>
I	dar causa à inexecução parcial do contrato	1%
II	dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	10%
<b>Inciso do art. 155 da LLC</b>	<b>Descrição</b>	<b>% de multa sobre o Contrato firmado</b>
III	dar causa à inexecução total do contrato	10%
IV	deixar de entregar a documentação exigida para o certame	0,5%
V	não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	1%
VI	não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	5%
VII	ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Aplicação de MORA prevista no Art. 162 Lei 14.133/21 Conforme Tabela 2
VIII	apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	10%
IX	fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	15%
X	comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de	15%

	qualquer natureza	
XI	praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	20%
XII	praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846 de 1º de agosto de 2013	30%

**16.7.** As infrações previstas na TABELA 1 serão aplicadas nos casos que ensejar a extinção do contrato, exceto os referentes ao item VII.

**16.8.** O percentual de multa a ser aplicado por “ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado” será de acordo com importância do serviço ao bom andamento da obra.

<b>Tabela 2 – Percentuais de multa por grupo de serviços</b>	
<b>Grupo De Serviços</b>	<b>% de multa sobre o Grupo inadimplido</b>
Serviços Preliminares	0,05%
Aterro	0,05%
Fundação	0,05%
Estrutura	0,05%
Alvenaria	0,05%
Revestimento de Parede	0,05%
Pintura	0,05%
Esquadrinhas	0,05%
Telhamento	1,0%
Piso	0,05%
Forro	0,05%
Elétrico	0,05%
Diversos	0,05%
Administração	0,75%

**16.9.** A conduta de “ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado”, descrito na TABELA 2, será apurada ao final de cada mês, por grupo de serviços, tomando como referência o cronograma físico-financeiro aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

**16.9.1.** Será aplicada “% de multa sobre o Grupo inadimplido” sobre o valor do GRUPO frente à medição correspondente ao mês em mora.

**16.9.2.** Caso a empresa esteja em atraso no cronograma, deverá apresentar em até 2 (dois) dias úteis do mês subsequente ao mês correspondente em mora, ao gestor contratual o cronograma atualizado.

16.9.2.1. O gestor do contrato deverá realizar a análise do novo cronograma e tomar as medidas cabíveis;

16.9.2.2. Caso a CONTRATADA não apresente o cronograma atualizado, o gestor deverá intimá-la para apresentar o respectivo cronograma em até 1 (um) dia útil;

a) As intimações serão realizadas através da imprensa Oficial do Município (Diário Oficial de Jataí- <http://www.jatai.go.gov.br> “Diário Oficial”) e encaminhadas no endereço eletrônico informado pela

Contratada;

**16.10.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

**16.11.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

**16.12.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**16.13.** Os débitos da contratada para com a Administração Municipal, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**16.14.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**16.15.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**16.16.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**16.17.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**16.17.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**16.17.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**16.17.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**16.17.4.** os danos que dela provierem para o Contratante;

**16.17.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**16.18.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**16.19.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

**16.20.** A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de

aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

**16.21.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**16.22.** Em todas as sanções será preservado o direito à ampla defesa e ao contraditório, em conformidade com as diretrizes da LLC.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO INADIMPLEMENTO**

**17.1.** O inadimplemento das obrigações previstas no presente contrato, ou a ocorrência de qualquer das situações descritas no artigo 117 da Lei 14.133/2021, e suas alterações, bem como o descumprimento das cláusulas contratuais serão comunicadas pela parte prejudicada à outra, mediante notificação por escrito, a fim de que seja providenciada a regularização nos prazos estipulados.

**17.2.** Todos os avisos, sanções, intimações e comunicados realizados pela Prefeitura Municipal de Jataí para com a CONTRATADA serão exclusivamente realizadas através da imprensa Oficial do Município (Diário Oficial de Jataí- <http://www.jatai.go.gov.br> “Diário Oficial”) e encaminhado no e-mail oficial da CONTRATADA no seguinte endereço eletrônico: xxxxxxx;

**17.2.1.** A contagem do prazo começa a contar a partir do primeiro dia útil após a publicação no Diário Oficial do Município de Jataí.

**17.2.2.** Em caso de necessidade da CONTRATADA em alterar o e-mail oficial para recebimento do previsto no item 17.2 deste contrato, deverá encaminhar ao Gestor do Contrato, de forma expressa e por Ofício assinado pelo representante legal da empresa de forma física e protocolada no PROTOCOLO GERAL DA PREFEITURA DE JATAÍ ou de forma digitalizada ao e-mail do Gestor do Contrato.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO**

**18.1.** A CONTRATADA reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas nos incisos III, do artigo 106 e nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21, e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

**18.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**18.3.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**18.3.1.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**18.4.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**18.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**18.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**18.4.3.** Indenizações e multas.

**18.5.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**18.6.** A extinção do Contrato ocorrerá sem prejuízo da exigibilidade de débito anterior da

CONTRATADA, inclusive por multas impostas e de condições estabelecidas neste instrumento, além das perdas e danos decorrentes.

**18.7.** O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**18.8.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**18.9.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

**18.9.1.** Ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

**18.9.2.** Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**19.1.** PODERÁ ocorrer a subcontratação deste que haja autorização prévia por parte da Administração através da Secretaria de Obras e Planejamento Urbano, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

**19.2.** As parcelas que poderão ser subcontratadas serão aquelas obrigatoriamente previstas no TERMO DE REFERÊNCIA.

**19.3.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**19.4.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO CASO FORTUITO, FORÇA MAIOR E OMISSOS**

**20.1.** A execução deste contrato, bem assim os casos nele omissos, regulam-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89 da Lei nº 14.133/2021.

**20.2.** As hipóteses de caso fortuito ou força maior, previstas no art. 393 do Código Civil, serão excludentes de responsabilidade das partes.

**20.3.** Qualquer suspensão do adimplemento do presente, em decorrência de fatos assinalados nesta cláusula, será limitada ao período durante o qual tal causa ou suas consequências persistirem.

**20.4.** Ocorrendo circunstância que justifiquem a invocação de caso fortuito ou força maior, a Parte impossibilitada de cumprir a sua obrigação deverá der imediato conhecimento à outra.

20.5. Se o presente for rescindido por motivo de caso fortuito ou força maior, a CONTRATADA terá direito a receber da CONTRATANTE apenas o valor proporcional ao quanto adimplido.

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO SIGILO E DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**21.1.** A CONTRATADA autoriza, expressamente, que a CONTRATANTE utilize os dados pessoais, tais como o nome completo do sócio ou representante legal da CONTRATADA, bem como seu número do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.

**21.2.** O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º e/ou 11 da Lei Federal nº 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

**21.3.** As partes obrigam-se a realizar o tratamento de dados pessoais de acordo com as disposições legais vigentes, bem como nos moldes da Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis, utilizando-os de tais dados tão somente para os fins necessários à consecução do objeto deste Contrato.

**21.4.** As partes obrigam-se ao dever de confidencialidade e sigilo relativamente a toda a informação e/ou dados pessoais a que tenha acesso por virtude ou em consequência das relações profissionais, devendo assegurar-se de que os seus colaboradores, prestadores de serviços e/ou consultores que, no exercício das suas funções, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais tratados, se encontram eles próprios contratualmente obrigados ao sigilo profissional.

**21.5.** O MUNICÍPIO DE JATAÍ e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, quando do tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

**21.5.1.** Em caso de necessidade de tratamento de dados pessoais indispensáveis à própria prestação de serviço, este será realizado mediante prévia aprovação do Município de Jataí. Os dados tratados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

**21.5.2.** Em caso de necessidade de utilização de sistemas para acesso à dados pessoais, tais sistemas seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado;

**21.5.3.** As medidas técnicas e administrativas de segurança aplicadas são adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento ilícito e que estas medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger;

**21.5.4.** Os dados pessoais obtidos em razão desse contrato devem ser armazenados em banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

**21.5.5.** Na execução deste contrato, a CONTRATADA zelar pelo cumprimento das medidas de segurança para o tratamento de dados pessoais e oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao Município de Jataí - GO, não compartilhando com terceiros, dados pessoais que lhe sejam remetidos;

**21.5.6.** Os dados pessoais obtidos em razão desse contrato serão tratados apenas em nome do Município de Jataí e em conformidade com as suas instruções, as cláusulas do contrato e as legislações específicas.

**21.6.** As partes se responsabilizam, única e exclusivamente, acerca da utilização dos dados obtidos por meio do presente contrato, sendo terminantemente vedada a utilização de tais informações para fins diversos daqueles relativos ao objeto do contrato, bem como outros fins ilícitos, ou que, de qualquer forma, atendem contra a moral e os bons costumes.

**21.7.** O tratamento será limitado às atividades necessárias ao alcance das finalidades de execução do contrato e dos serviços contratados ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;

**21.8.** A CONTRATANTE não será, em qualquer hipótese, responsabilizada pelo uso indevido por parte da CONTRATADA e/ou terceiros, com relação a dados armazenados em seus softwares e bancos de dados.

**21.9.** A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, das obrigações e condições acordadas neste contrato, cujos princípios deverão ser observados na execução deste contrato.

**21.10.** A CONTRATADA cooperará com o Município de Jataí no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal nº 13.709/2018 e nas leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgão de controle administrativo.

## **22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE**

**22.1.** Ficam por força deste instrumento, as partes sujeitas aos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

**23.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## **24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**24.1.** Os casos não abordados nas especificações serão definidos pelo Contratante de maneira a manter o padrão de qualidade e prazos previstos para a contratação.

**24.2.** Nenhum trabalho adicional ou modificação do objeto poderá ser efetuado pela Contratada sem a autorização expressa do Contratante, respeitando todas as disposições e condições estabelecidas no contrato.

**24.3.** As referências e produtos referenciados nas plantas, especificações e listas de material admitem o equivalente, se devidamente comprovado seu desempenho por meio de testes e ensaios previstos por normas, desde que previamente aceitos pelo Contratante. Não serão

aceitos materiais diversos dos que estão especificados, quando não houver o termo “referência” ou “equivalente” na planilha orçamentária.

**24.4.** A equivalência indicada é em relação ao atendimento aos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados e normatizados, coincidência e aspectos visuais (aparência e/ou acabamento), de materiais de fabricação, de funcionalidade e de ergonomia. A equivalência será avaliada pela Contratante, antes do fornecimento efetivo, mediante apresentação do material proposto pela Contratada, juntamente com laudos técnicos do material ou produto, laudos técnicos comparativos entre o produto especificado e o produto alternativo, emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO, com ônus para a Contratada. As especificações constantes em planilha, onde aparecem à marca e o modelo, desprovidos do termo “ou equivalente/similar” deverá ser seguido à risca, conforme caderno de especificações, pois, trata-se de materiais padronizados pela Contratante, não sendo aceito, portanto, marca ou modelo diverso.

**24.5.** A Contratada deverá levar em conta todas as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, cabendo-lhe, exclusivamente, todos os ônus para reparação de eventuais danos causados.

**24.6.** A remoção de todo entulho gerado na execução dos serviços, para local permitido pela Prefeitura Municipal, será feita pela Contratada e o pagamento realizado em item específico da planilha orçamentária, conforme comprovação via recibo ou nota fiscal.

**24.7.** A Contratada será responsável, nas áreas em que estiver executando os serviços, pela proteção de toda a propriedade pública e privada, linhas de energia elétrica, adutoras, telefone, fibra ótica, dutos de água, esgoto e drenagem pluvial e outros serviços de utilidade pública, nas áreas da Contratante e adjacente, devendo corrigir imediatamente, às suas expensas, quaisquer avarias que nelas provocar, deixando-as conforme seu estado original.

**24.8.** Correrá por conta exclusiva da Contratada a responsabilidade por quaisquer acidentes na execução dos serviços contratados, pelo uso indevido de patentes registradas e pela destruição ou danificação dos demais serviços em execução até sua definitiva aceitação.

**24.9.** Todas as questões, reclamações, demandas judiciais, ações por perdas ou danos e indenizações oriundas de danos causados pela Contratada serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo responsabilidade solidária ou subsidiária por parte da Contratante.

**24.10.** A equipe técnica da Contratada responsável pelos serviços deverá contar com profissionais especializados e devidamente habilitados para desenvolverem as diversas atividades necessárias à execução dos serviços.

**24.11.** A qualquer tempo a fiscalização poderá solicitar, justificadamente, a substituição de membro da equipe técnica da Contratada, caso fique comprovado que sua conduta esteja prejudicando a execução da obra.

**24.12.** A Contratada cuidará para que o local permaneça sempre limpo e organizado, com os materiais estocados e empilhados em local apropriado, por tipo e qualidade.

**24.13.** É obrigatório que a Contratada promova e cumpra a Gestão dos Resíduos Sólidos, conforme estabelece a Resolução do CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002. Tem-se, ainda, que observar, prevenir e fazer cumprir os artigos 46, 49 e 60 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

**24.14.** Se, para facilitar seus trabalhos, a Contratada necessitar elaborar desenhos de execução adicionais, além dos detalhamentos constantes dos desenhos apresentados pela Contratante,

deverá fazê-lo às suas expensas exclusivas, submetendo-os à aprovação da Fiscalização.

**24.15.** Para os serviços objetos destas especificações e projetos, caberá à Contratada fornecer e conservar equipamento mecânico e o ferramental necessários, usar mão de obra hábil e idônea, agrupando permanentemente em serviço uma equipe homogênea e suficiente de operários, mestres e encarregados que assegurem progresso satisfatório dos serviços, bem como obter os materiais necessários e em quantidades suficientes para a conclusão dos serviços no prazo fixado.

**24.16.** É da competência da Contratada registrar no Diário de Obras todas as ocorrências diárias, bem como especificar detalhadamente os serviços em execução, devendo a Fiscalização, neste mesmo Diário, confirmar ou retificar o registro.

**24.17.** A abertura do Diário de Obras deverá ser feita junto com a Fiscalização no dia de início dos serviços. Será tolerado um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, em casos excepcionais, para o preenchimento do Diário de Obras durante a execução do objeto. A partir desse prazo poderão ser aplicadas as sanções previstas no Projeto Básico e demais documentos.

## **25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO FORO**

**25.1.** Para dirimir as questões decorrentes do presente contrato, fica eleito o foro da Comarca de Jataí - GO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**25.2.** E assim, por estarem justas e acordes, assinam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Jataí/GO, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

### **JOÃO GERALDO DE SOUZA BRAGA**

Gestor e Ordenador de Despesas

Decreto nº 01/2025

**Contratante**

### **CONTRATADA**

Representante da Contratada

**Contratada**

TESTEMUNHAS:

1 - \_\_\_\_\_

CPF:

2- \_\_\_\_\_

CPF:

Responsável pela confecção da minuta do Contrato

Paula Morgana Rosa Souza

Matrícula 15599